



Diário Oficial do Poder Legislativo

Home Page: www.aleac.ac.gov.br

3^a Sessão Legislativa
da 11^a Legislatura

ANO XLII

RIO BRANCO - AC, 31 DE MAIO DE 2005

N.º 3423

MESA DIRETORA

SÉRGIO OLIVEIRA
Presidente

RONALD POLANCO
1º Secretário

MOISÉS DINIZ
2º Secretário

HELDER PAIVA
1º Vice- Presidente

DINHA CARVALHO
2ª Vice- Presidenta

FRANCISCO VIGA
3º Secretário

DELORGEM CAMPOS
4º Secretário

GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Juarez Leitão
BPM - Elson Santiago
BSC - José Luis
PL - Hélio Lopes
PMDB - Chagas Romão
PSDB - Luiz Gonzaga
PFL - José Vieira
PP - José Bestene
PDT- Luiz Calixto
PSC - Nogueira Lima
PPS - Tarcísio Medeiros
PTB - Roberto Filho
Líder do Governo - Edvaldo Magalhães

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PT - Fernando Melo, Juarez Leitão, Nalu Gouveia, Pe. Valmir Figueiredo e Ronald Polanco.
BPM - Edvaldo Magalhães, Elson Santiago, Moisés Diniz e Sérgio Oliveira.
BSC - Delorgem Campos, Francisco Viga e José Luís.
PL - Hélio Lopes e Dinha Carvalho.
PMDB - Antônia Sales e Chagas Romão.
PSDB - Luiz Gonzaga e Helder Paiva.
PFL - José Vieira.
PP - José Bestene.
PDT- Luiz Calixto.
PTB - Roberto Filho.
PSC - Nogueira Lima.
PPS - Tarcísio Medeiros.

Atos da Mesa Diretora

RESOLUÇÃO N.º 31 /2005

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

Art. 1º COLOCAR à disposição do Centro Eclético Flor do Lótus Iluminado, com ônibus para este Poder, a servidora **Luzirene da Silva Nascimento**, Auxiliar Legislativo, CL "B", CÓD.PL-NB-402, Ref. 25, do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria Executiva desta Casa, a partir de 18 de maio de 2005.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",
 18 de maio de 2005

Deputado Sérgio Oliveira
 Presidente

Deputado Ronald Polanco
 1º Secretário

Deputado Moisés Diniz
 2º Secretário

Atos do Secretário Executivo

PORTARIA N.º 260 /2005

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D de 13 de março de 2003, o senhor **César Augusto Calixto Marques**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP-EG-08, do Gabinete do Deputado **Luiz Calixto**, integrante do Partido Democrático Trabalhista - PDT, da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, sendo que os efeitos financeiros cessarão a partir de 1º de junho de 2005.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 31 de maio de 2005

Assem Ayache Sobrinho
 Secretário Executivo, em exercício

PORTARIA N.º 261 /2005

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

ALTERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D de 13 de março de 2003, o nível de vencimento de SP-EG-20 para SP-EG-19, da senhora **Valdenaide Guimarães Ferreira**, Secretário Parlamentar, junto ao Gabinete do Deputado **Luiz Calixto**, integrante do Partido Democrático Trabalhista - PDT, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, a partir de 1º de junho de 2005.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 31 de maio de 2005

Assem Ayache Sobrinho
 Secretário Executivo, em exercício

PORTARIA N.º 262 /2005

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D de 13 de março de 2003, o Senhor **Elierson Messias do Nascimento Chaves**, para exercer cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP-EG - 09, junto ao Gabinete do Deputado **Luiz Calixto**, integrante do Partido Democrático Trabalhista - PDT, da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, sendo que os efeitos financeiros contar-se-ão a partir de 1º de junho de 2005.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 31 de maio de 2005.

Assem Ayache Sobrinho
 Secretário Executivo, em exercício

PORTARIA N.º 263 /2005

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

CONCEDER trinta dias de Férias regulamentares aos servidores a seguir relacionados, a partir de 1º.6.2005 a 30.6.2005.

NOMES

Adalmira Medeiros do Nascimento

13.06.02/03

Antonio Alves Cordeiro

1º.06.04/05

Aldimor Matos de Lima

13.06.04/05

Atima Matos de Lima

15.03.04/05

Edite Lima de Albuquerque

20.03.04/05

Francisca das Chagas Saraiva de Farias

15.04.04/05

Francisco Carneiro de Lima Freitas

1º.06.04/05

Francisco Rodinés de Araújo Silva

16.06.02/03

Glória Maria Vieira Neves

13.06.04/05

Gilnete Lima de Melo

1º.07.02/03

Iracy de Albuquerque Figueiredo

1º.02.04/05

José de Souza Cunegundes

1º.03.04/05

José Francisco Costa das Neves

1º.06.04/05

Juscélia Barbosa Pinheiro

15.03.04/05

Julio José da Silva Dourado

13.06.04/05

Luiz Moacir Filho

1º.06.04/05

Maria Adelma Valério

1º.03.03/04

Maria do Socorro Celestino Rodrigues

13.06.04/05

Maria Euzânia Bezerra da Silva

1º.08.03/04

Maria das Dores Souza da Silva

1º.06.04/05

Maria de Lourdes Ramos da Rocha

15.03.04/05

Maria do Socorro Fernandes Salomão

13.06.04/05

Maria Francisca da Silva Oliveira

13.06.04/05

Maria Helena Alves da Silva

1º.06.04/05

Maria Vilma Pinto de Oliveira

15.03.04/05

Nilda Francisca da Cunha

1º.04.03/05

Rita Maria Gonçalves de Souza

15.01.04/05

Raf José Freire de Albuquerque

1º.05.04/05

Sebastião Rainey Fernandes de Oliveira

1º.06.03/04

Walter Sobreira Lima Filho

1º.06.03/04

Winkler de Oliveira Collyer

1º.06.04/05

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 31 de maio de 2005.

Assem Ayache Sobrinho
 Secretário Executivo, em exercício

35ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 31 de maio de 2005

Presidência: Deputados SÉRGIO OLIVEIRA, DELORGEM

CAMPOS

Secretaria: Deputado FRANCISCO VIGA

PRESENTES: Deputados FERNANDO MELO, JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, RONALD POLANCO do PT; EDVALDO MAGALHÃES, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; DELORGEM CAMPOS, FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; CHAGAS ROMÃO do PMDB; HÉLIO LOPES do PL; LUIZ CALIXTO do PDT; ROBERTO FILHO do PTB; JOSÉ VIEIRA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; NOGUEIRA LIMA do PSC; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

AUSENTES: Deputados ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ do BPM; ANTONIA SALES do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA do PSDB; DINHA CARVALHO do PL.

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

Expediente

Ofício n. 35/GC/2005, do Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Acre, Cel. Leandro Rodrigues da Silva, em resposta ao Ofício n. 181/GABP;

Ofício/Gab/N. 725/2005, da Secretaria de Estado de Saúde, em exercício, Drª Suely de Souza Melo da Costa, em resposta ao Ofício n. 166/GABO;

OF.GO. N. 288/2005, da Presidente em exercício, do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargadora em exercício, do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargadora Izaura Maia, solicitando a prorrogação do prazo de requisição da servidora do quadro efetivo desta Casa, Maria Zenaide D'Ávila de Paula, por mais 6 (seis) meses, com ônus para este Poder;

OF/EXP/N. 69/2005, do Secretário de Agricultura da Prefeitura do Município de Tarauacá, Cleir Fernandes, conforme informações do IBGE, que a Lei que regulamenta a Nova Divisa Municipal e Estadual do Município de Tarauacá com o Município de Envira-Amazonas, sofrerá nova revisão, solicitando informações acerca da posição de tal decisão;

OF/GABPRE/CMRB/N. 102/2005, do Presidente da Câmara Municipal de Rio Branco, Jonas Costa, em resposta ao Ofício n. 257/GABP;

OF. Tabagismo N. 16/2005, da Gerente das Doenças e Agravos Não Transmissíveis/Fatores de Risco da Secretaria de Estado de Saúde do Acre, Francimary Muniz de Lima, solicitando a concessão de um espaço nesta Casa, no dia 31 de maio, dia eleito pela Organização Mundial da Saúde – OMS, como o dia Mundial sem Tabaco, para realização de ação educativa voltada ao controle do Tabagismo e à prevenção das doenças tabaco relacionadas;

OF-CIRC – 6/2005, do Presidente da Câmara Municipal de Caxias do Sul, Vereador Francisco de Assis Spiandorello, encaminhando cópia da Moção n. 5/2005, de autoria de diversos Vereadores, em repúdio as declarações do Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcante (PP-PE), sobre o estupro, dadas a Folha de São Paulo, e informando ainda, que a referida Moção foi aprovada por unanimidade do Plenário em Sessão Ordinária do dia 12 de maio de 2005;

Ofício N. 545/2005, do Presidente em exercício, da Câmara Municipal de Mauá, Estado de São Paulo, Vereador Carlos Alberto Polisel, encaminhando cópia da Moção n. 40/2005, de autoria do Vereador Manoel Lopes dos Santos, aprovada em Sessão Ordinária realizada no dia 17 de maio de 2005;

OF. AG. GEREG/AC/N. 765/2005, do Gerente Regional, José Andrias Sarkis, do Advogado – OAB/AC 2030, André Fabiano Leite da Silva, e Advogada – OAB/AC 2609, Adriana Silva Rabelo, do banco da Amazônia, em resposta ao Ofício n. 212/GABP, datado de 4 de maio de 2005;

OF. N. 2.409/2005-DL, do Presidente da Câmara Municipal de Belém, Vereador Raimundo Castro, encaminhando cópias dos Requerimentos n. 794 e 795/2005, de autoria do Vereador José Scuff Filho;

MEM/N. 10/2005, da chefe de Gabinete do Deputado Pe. Valmir Figueiredo, Roselene Maria de Lima, comunicando que o Deputado Pe. Valmir Gomes Figueiredo não poderá participar da Sessão do dia 24 de maio do corrente, pois o mesmo está fazendo tratamento de saúde fora do Estado;

Projeto de Lei N. 49/2005, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado José Luis, o qual “Concede Título de Cidadão Acreano ao Senhor Elizeu Buchmeier de Oliveira”;

Requerimento N. 96/2005, de autoria do Deputado Juarez Leitão, solicitando agendar Sessão Solene em comemoração pelo dia Mundial do Meio Ambiente.

Pequeno Expediente

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados,companheiras e companheiros, neste final de

semana, na verdade desde a semana passada, estivemos ausentes da Sessão, pois estávamos participando do encontro da Unale, União Nacional dos Legislativos Estaduais. E eu quero destoar um pouco do que eu venho ouvindo aqui. Achei o encontro maravilhoso, tivemos até a participação do Presidente do Congresso, Renan Calheiros. Inclusive, o debate que tivemos lá, são temas que estão sendo debatidos em âmbito nacional, e diz respeito a reforma política.

Estivemos também com o Governador da Bahia, discutindo o pacto federativo. Eu, sinceramente, tenho uma posição muito particular. Eu não sou contra a Emenda 15, que tirou o direito dos Estados de criar novos municípios, porém é difícil para uma pessoa, vamos dizer, da Bahia, do Rio Grande do Sul, fazer uma discussão sobre municípios. As Assembléias Estaduais muitas vezes se aproveitam das discussões para criar novos municípios. Então, eu, sinceramente, acho que essa questão deve ficar a cargo do Congresso.

O meu pensamento destoa da maioria dos Deputados, inclusive, sobre a prorrogação do mandato de Parlamentar. Eu não acho que deva mudar o jogo. Eu fui eleita para ficar quatro anos e não seis. Então, eu acho que precisamos encontrar outra alternativa para que não tenhamos eleição de dois em dois anos, é um gasto muito grande para o Brasil, para os municípios, como para os Estados. Temos que encontrar uma solução para que tenhamos eleições gerais no Brasil, porém não é prorrogando o nosso mandato, que vamos conseguir isso.

O debate com o Presidente do Senado, Renan Calheiros, foi extremamente importante, mesmo que muitos Deputados tenham se posicionado a favor da prorrogação do mandato dos Parlamentares. Eu, particularmente, acho que isso não é oportuno, como acham também alguns Parlamentares. Todavia, a grande maioria, diz que o mandato deve ser prorrogado. A solução para esse impasse seria eleições gerais, mas eu não acho, sinceramente, que os nossos mandatos devam ser prorrogados. Inclusive, nós não devemos passar por cima da eleição que nós concorremos. Deveria ser feito primeiro, um plebiscito nacional, quando todos os cidadãos e cidadãs deveriam opinar se são a favor de eleições gerais, ou se de dois em dois anos.

O Presidente, indicou-me para participar da direção nacional da Unale e isso é um privilégio para mim, pois ali são discutidas questões nacionais. E fico muito feliz em representar a Assembléia Legislativa e o povo acreano. Quero dizer que independente de ser membro da Mesa ou não, eu sempre participei desses encontros. Eu sou, Deputado Fernando Melo, extremamente séria nessa questão. E aqui, na Assembléia Legislativa, nós temos um corpo muito unido, comandado pelo Deputado Sérgio Oliveira. São pessoas que participam do início ao fim. É impressionante.

Agora os representantes acreanos, Deputado Sérgio Oliveira, costumam fazer discursos pessimistas e eu gostaria de mudar isso.

Deputado Edvaldo, nós fomos o único Estado que tinha direito a 12 votos e os 12 votos foram para o mesmo candidato, não houve discordância.

Participo de encontros desde 84 e a primeira vez que eu saí do Estado do Acre, foi para ir a um Congresso, em Criciúma, Santa Catarina, eu fui representando os trabalhadores em Educação. Eu sou daquelas que presta atenção em tudo que possa melhorar o meu trabalho em Educação e aqui na Assembléia. Então, eu quero parabenizar à Mesa Diretora por proporcionar essa oportunidade de participarmos desses encontros. Eu fico muito feliz e amanhã estarei apresentando vários projetos, fruto dessa interação com as outras Assembléias.

(Sem revisão do orador)

Deputado JOSÉ VIEIRA (Líder do PFL) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, não poderia deixar de externar a minha satisfação por ter participado desse encontro na Bahia.

Foi abordado aqui pelos nobres colegas que, assim como eu, participaram do encontro, que os temas constantes na pauta foram bastante interessantes, porque foi discutido aquilo que mais interessa ao povo brasileiro. Inclusive, o Senador Renan Calheiros fez uma brilhante palestra. Ocorreram debates acirrados, com o objetivo de trazer o melhor para o nosso Estado e para o Brasil.

Então, estavam presentes vários palestrantes, Senadores, Deputados Federais e intelectuais, discutindo assuntos que nos darão base naquilo que nós, muitas vezes, dependemos para o bem do nosso Estado.

A Deputada Nalu Gouveia falou sobre a prorrogação ou não de mandato de Parlamentares, assunto da República, que também foi discutido no encontro da Unale. Mas aqui na Assembléia Legislativa, cada um tem a sua opinião com relação a esse assunto. Inclusive os

Deputados do nosso Estado, participaram dos debates e das discussões do começo ao fim.

Nesse encontro ocorreu também a eleição da nova diretoria da Unale e tivemos a felicidade, Senhor Presidente, de eleger o candidato que o Acre defendia; ganhamos por um voto de diferença e a bancada do nosso Estado foi responsável por 12 votos.

Então, como membro desta Casa, quero parabenizar a Mesa Diretora, por ter proporcionado a presença da delegação do Acre.

Sabemos que divergências existem em todos os lugares, então, houve muitas críticas, mas são coisas comuns. Hoje nós somos 24 Deputados, e é um dever desta Casa discutir os problemas do Estado do Acre e de toda nação.

Eu sempre procuro falar aqui, aquilo que eu tenho direito, e como Deputado Estadual, não abro mão dos benefícios oriundos do cargo. Portanto, esta Assembléia Legislativa nunca vai ficar só com 10 ou 12 Deputados, tem que ter os 24. E os direitos que são garantidos constitucionalmente, quem estiver aqui vai tê-lo. Muitas vezes somos criticados por aqueles que desejam ocupar nossos cargos, pois quem mais critica os políticos, o faz porque também quer ser político, e muitas vezes, essas pessoas não têm condições e nem base para conseguir um mandato. Então, o que falam por aí, não me atinge, porque eu sei dos meus compromissos e da minha responsabilidade. E tenho consciência de que defendo, muito bem, o povo do meu município e do meu Estado. E quero continuar nesta Casa fazendo a mesma política que sempre fiz, desde quando era Vereador.

Quero finalizar dizendo a todos, que com certeza a viagem que nós fizemos não foi um passeio, fomos a trabalho e todos nós procuramos cumprir a agenda do encontro da Unale.

(Sem revisão do orador)

Deputado CHAGAS ROMÃO (Líder do PMDB) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Imprensa presente, povo no Salão do Povo, os companheiros que me antecederam já falaram sobre a nossa viagem. Realmente foi um encontro muito proveitoso e com muitos debates. E eu fiquei feliz, porque elegemos um companheiro do meu glorioso PMDB, lá de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro da base do nosso futuro Presidente Garotinho.

Também quero dizer que estou um pouco decepcionado com uma parte do PMDB nacional que não está querendo a CPI dos Correios. Eu acho que é um crime não querer ser investigado. Meu partido não poderia fazer isso com o povo brasileiro, que não merece, e neste sentido eu quero elogiar o Deputado João Correia do PMDB, a Deputada Perpétua Almeida do PC do B e o Senador Geraldinho do P-Sol que mantiveram as suas assinaturas.

Eu queria muito estar dizendo aqui, hoje, que o meu glorioso PMDB estava unido, querendo a investigação. Se não houver culpado, tudo bem, mas se houver, que seja condenado.

Eu acho que o PMDB não poderia, neste momento, não estar querendo defender o povo brasileiro; por isso eu quero deixar o meu repúdio à parte do meu partido que está com esse pensamento. Mas o PMDB do Acre não tem esse pensamento e está unido para defender o povo brasileiro, e se for preciso assinarmos alguma sindicância, alguma CPI, nós vamos fazê-lo.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador)

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, antes de iniciar minha fala sobre o processo de licitação, de trechos da BR-364, no sentido Tarauacá/Cruzeiro do Sul, eu gostaria de deixar registrado aqui a minha reprovação e a minha indignação com relação à fala do Senador Tião Viana, nosso vice-Presidente do Senado Federal, ao dizer que estava decepcionado com o Senador Suplicy, pelo fato de ter assinado a CPI, que se destina a investigar as denúncias de corrupções no Governo Lula. Se o Senador Tião Viana está decepcionado com o Senador Suplicy, imaginem então, o tamanho da decepção do povo brasileiro e do povo acreano com relação ao seu posicionamento em não assinar o pedido de investigação! E aqui nós temos que fazer justiça ao Senador Geraldo Mesquita, aos Deputados Federais Perpétua Almeida e João Correia, que mesmo contrariando as decisões dos seus partidos, assinaram o pedido de investigação.

Mas, Senhor Presidente, nós já gravamos na Assembléia, calorosos debates acerca do custo financeiro das estradas que são construídas no Estado do Acre. Começamos com os primeiros 50 Km da BR-317, quando o Governador Jorge Viana, naquele momento, dizia que fazia um quilômetro de uma estrada no Acre ao custo de R\$

350.000,00. Acho que aquela declaração não passava de uma bravata, porque nós sabemos que os custos das estradas no Estado do Acre são maiores que no restante do país. Logo em seguida, no mesmo trecho, com as mesmas dificuldades, com a mesma topografia do terreno e mesmo custo dos materiais, foram feitos os cinqüenta quilômetros restantes na BR-317, ao custo de um milhão de reais o quilômetro. Portanto, mais que o dobro do valor que ele veiculou em campanha. E aí considero que este seja um valor razoável para que nós construirmos estradas no Estado do Acre. Não acho que o valor de quase um milhão de reais, seja superfaturado.

O Diário Oficial, na semana passada publicou o resultado da homologação da licitação para pavimentação de 20 Km do Gregório ao Liberdade e de 50 Km, que é o lote 4, do Rio Liberdade ao rio Tauay.

Porém alguns indícios precisam ser melhor detalhados, o que já começou a ser feito com a decisão da Juíza, Drª. Regina Longuine, que anulou a licitação, porque foi negada a participação de uma empresa e isso foi registrado no site Notícias da Hora, porque ela não teve a possibilidade em razão das nossas condições climáticas, de fazer a visitação nesses trechos. Mesmo assim têm algumas questões que nos chamaram atenção. Nos primeiros 20 Km o custo do asfalto está orçado em R\$ 2.204.517,58, simplesmente mais que o dobro do valor daquilo que algumas pessoas já consideravam um superfaturamento, no caso da BR 317.

Convenhamos que as condições de transporte para o Vale do Juruá não são as mesmas para a região do Vale Acre, mas nada justifica que essa BR, que tanto o Vale do Juruá precisa, seja orçada a este custo.

Para concluir, Senhor Presidente, os outros 50 Km de estrada, na mesma região, está orçado em R\$ 1.937.208,60. No mesmo trecho nós temos uma diferença, por quilômetro, de R\$ 267.308,98, ou seja, o Governo com esses preços deixa margem para que nós investiguemos se verdadeiramente há um superfaturamento. É uma desagradável coincidência, que a empresa que ganhou essa licitação é exatamente a mesma que ganha todas as licitações neste Estado; a empresa Editec, que mais uma vez ganhou; desta vez, um trecho da BR-364.

(Sem revisão do orador)

Deputado SÉRGIO OLIVEIRA (BPM) – Senhor Presidente, companheiro Delorgem, colegas Deputados, na verdade o assunto que eu gostaria de abordar aqui, já foi debatido pela Deputada Naluh e pelo Deputado José Vieira. Mas a minha fala é mais no sentido de agradecer aos nobres Parlamentares que fizeram parte da comitiva que foi até a Bahia, para que pudéssemos participar do Encontro Nacional dos Parlamentares Estaduais, que é uma instituição que rege todo o destino dos parlamentares no nosso país e tem um poder político muito forte. Essa Instituição é composta por 1.059 Deputados e eu diria que 90% dos parlamentares desse País, estavam reunidos nesse encontro, para tratar de assuntos que dizem respeito aos temas que estão sendo discutidos, hoje, na pauta política do país, como reforma partidária, pacto federativo, entre outros assuntos, que foram abordados.

Como um dos fundadores da Unale, eu diria que esse foi um dos maiores encontros que já participei.

Queria agradecer a participação dos Deputados do Estado do Acre, que tiveram uma atuação fundamental nesse encontro. Tivemos uma eleição, onde fizemos Oposição ao atual Presidente, Deputado Leal Júnior, do Piauí e conseguimos fazer uma articulação, no sentido de tirar o presidente, por não concordarmos com sua postura frente à instituição.

Entendemos que uma instituição como a Unale, tem que ter uma participação mais direta na política desse país. E esse foi o entendimento da maioria dos Parlamentares que estavam presentes ali.

Já participei de muitas eleições, mas essa vai marcar a minha vida, uma eleição que só ganhamos por um voto.

Eu gostaria de registrar a participação de um companheiro nosso, que foi uma pessoa fundamental. É claro que todos foram importantes, mas o companheiro Deputado Chagas Romão mostrou porque é Deputado por três mandatos. Ninguém dá nada pelo Chagas, mas na hora que é preciso fazer alguma articulação, esse líder do velho e glorioso PMDB, foi um verdadeiro leão na articulação dos votos.

E para finalizar, eu diria que foi uma festa muito bonita, que nós fechamos com chave de ouro. Hoje, o Acre, graças a Deus, eu diria que é um dos Estados que vai ter a maior influência na Unale.

Quanto às manchetes de jornais, eu não quero entrar no mérito, eu acho que a Imprensa cumpre o seu papel, nós aqui estamos colocando a nossa versão. Tivemos uma palestra de um jornalista, o qual fala exatamente sobre o nosso trabalho. Para falar a verdade, cada

companheiro da Imprensa tem sua postura e age de acordo com sua consciência. Então quem sou eu para ficar aqui fazendo críticas de a, b ou c. Quem é que vai botar na cabeça de um eleitor da Deputada Naluh que ela saiu daqui para fazer farra lá na Bahia? Estou aqui fazendo uma prestação de contas da viagem que os parlamentares acreanos fizeram a Bahia.

(Sem revisão do orador)

Grande Expediente

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (Líder do PSC) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputada Naluh, companheiros no Salão do Povo, o dia hoje não começou muito bem para mim, porque se suicidou mais um companheiro da PM, que entrou junto comigo na corporação. O Cabo Arruda entrou como soldado. Hoje, infelizmente, tirou a própria vida com um tiro na cabeça, em Porto Acre.

Desde quando foi nomeado o atual comandante, que eu venho à esta tribuna e falo que ele não seria um bom comandante, um bom administrador da Polícia Militar, e continuarei falando até que eu saia daqui ou ele de lá. E se for nomeado outro que também não corresponda, eu vou criticar. Esse Comando está há apenas dois anos, e quanto desmando tem acontecido Deputada Naluh! Quando não administraram bem nem a nossa família, a coisa desanda, e é o que tem acontecido dentro da corporação. A hierarquia e a disciplina foram embora. Tem soldado, mandando e desmandando; batendo, matando e o Comandante não toma providência. Soldados estão se suicidando. O de hoje não foi o primeiro. Se o cidadão dá um tiro na própria cabeça é porque estava com algum problema. Qual seria? Ou o que será que faltava dentro do quartel? Será que não faltava uma pessoa que oriente aquela corporação? Ali trabalham seres humanos, homens, e constantemente temos problemas nas ruas, e, além disso, nós temos problemas em casa para resolver. Nós já vimos para as ruas com problemas e vamos nos deparar com vários outros.

O que está acontecendo agora já aconteceu sim, no comando de outros, que também foram mal administradores, como o coronel Junqueira, o Coronel Pascoal. No comando desses Coronéis também houve problemas dessa natureza, e o Governo teve que tirá-los.

Houve o caso do cabo lá de Cruzeiro do Sul, que foi morto barbaramente. Isso aconteceu porque estava mal orientado. Não sabia nem que tipo de ocorrência que iria atender quando saiu do quartel. Há o caso do soldado que se suicidou aqui na praça. Todos sabiam que esse soldado estava com problemas. Porque o Comandante não tomou providências? Nós temos psicólogos, temos a policlínica; porque o Comandante não o chamou para conversar?

Em Tarauacá foi um absurdo. Todos sabiam que aquele cabo tinha problemas com a família, mas ele não foi tratado como deveria ter sido.

(Sem revisão do orador)

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (Líder do PPS) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Deputado Calixto traz à tribuna um assunto muito importante que nós temos que verificar e quem sabe, até fazer uma audiência pública, como foi proposto pela Deputada Naluh, para que possamos analisar esses preços dos quilômetros de asfalto que o Governo está pretendendo fazer, que é um absurdo e, nós temos que trazer para a Casa essa discussão, para análise e, ainda trazer os Ministérios Público Estadual e Federal, para verificar e resolver o problema.

Mas, Senhor Presidente, eu propus que através de Requerimento que dia sete e espero que seja aprovado pelos companheiros Deputados e, que a Mesa divulgue mais, para que os Deputados participem, claro os que querem, os que não querem não precisa, venham se quiser. Mas que no dia sete de junho o Grande Expediente seja destinado em comemoração ao dia da Liberdade de Imprensa e aqui ouvimos os jornalistas e trabalhadores da Imprensa, sobre a importância do tema. Então, o Requerimento para que o Grande Expediente do dia sete, que foi aprovado pelos companheiros Deputados e que a Assembléia convide os trabalhadores da Imprensa, os jornalistas para debater o tema: A Liberdade de Imprensa.

Outro Requerimento que apresentei e que peço, que a Mesa coloque em votação é que o horário destinado a Explicação Pessoal da sessão do dia 14 de junho seja destinado para ouvirmos os representantes, em nosso Estado, da APAE, do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, do Dom Bosco, do Centro de Educação dos Surdos, do

Centro de Apoio ao Deficiente Visual, bem como a Secretaria de Estado de Educação, sobre a determinação do fechamento das APAE's em todo território Nacional; isso no horário da Explicação Pessoal, porque há dias atrás falávamos que as sessões não estavam tendo seu desenvolvimento como deveriam, o Deputado Fernando Melo também reclamava e com razão; então estamos pedindo para que aconteça na Explicação Pessoal, Senhor Presidente, para conversarmos com essas entidades e que depois façamos um documento para a gente encaminhar para onde for necessário.

Nós somos contra a imposição dessa cartilha que foi feita, dizendo que os pais que não colocarem os filhos portadores de necessidade especial nas escolas do ensino regular serão penalizados, processados. Por isso, nós temos que elaborar esse documento de acordo com o que for debatido aqui então, nós estamos pedindo aqui para que na sessão do dia quatorze de junho a Explicação Pessoal seja destinada a discutirmos esse problema, Senhor Presidente.

(Com revisão do orador)

Deputado **FERNANDO MELO** (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, há vários dias eu venho tentando fazer um pronunciamento e não tenho conseguido. Mas nunca é tarde, e quero abordar um tema muito importante que é a questão do desarmamento. Há mais de duas semanas eu preparei esse discurso, onde falo sobre o referendo que vai acontecer em algum domingo do mês de outubro, data a ser definida ainda, pois esta tramitando na Câmara dos Deputados um Decreto Legislativo que vai definir a pergunta que deve ser feita à população nesse referendo. A pergunta é a seguinte: o comércio de armas de fogo e munição, deve ser proibido no Brasil? E a população será chamada para responder sim ou não.

Eu quero, de antemão, posicionar-me a favor, e o meu mandato também estará a favor, para que a população seja esclarecida e deva dizer sim. Essa mudança precisa ser aprovada, para que tenhamos melhores condições de segurança, e a vida seja mais valorizada no Brasil e no mundo.

Como cidadão, como gestor público, na condição de ex-Secretário de Justiça e Segurança Pública em duas oportunidades, quero expor as razões pelas quais abordei esse tema nessa manhã.

É de conhecimento do país que, no último dia 11 de maio, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Decreto Legislativo de n. 1274/04. Este Projeto é o que define a pergunta para o referendo sobre o comércio de armas no país, previsto no Estatuto do Desarmamento. Isso significa que, se não houver alterações no plenário da Câmara Federal, os eleitores brasileiros serão convocados em outubro, próximo, a responder a pergunta: O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil? A mudança precisa ser aprovada pelo plenário da Câmara. Em acontecendo, o TSE – Tribunal Superior Eleitoral – poderá, então, definir a melhor data para a realização do referendo, já que não há mais tempo para organizar a consulta para o primeiro domingo de outubro.

A quantidade de homicídios registrados no Brasil, incluindo o Acre, como sabemos, é, de fato, muito grande. Quando se procura fazer um estudo das causas desses crimes, verifica-se que sua grande maioria é ocasionada por motivos fúteis, banais mesmos, como: brigas no trânsito, discussões simples, brigas de bares, e outros destemperos aos quais, quase sempre, podem se associar ao uso de bebida alcoólica. Junto a isso, associam-se as armas de fogo para a produção de tragédias que marcam a sociedade brasileira. Em São Paulo, Estado que acabo de visitar, e gostaria de informar aos Senhores Deputados que ali estive acompanhando a recuperação da minha esposa, Socorro Fonseca, que foi submetida a uma complexa cirurgia, mas que, para a nossa alegria e felicidade, já está de volta ao nosso convívio, consta que 60% dos homicídios são cometidos por pessoas sem qualquer passagem pela polícia.

Esses dados, com certeza, não estão distante da realidade do restante do país, incluindo o Acre. Aliás, dados divulgados recentemente pela Unesco mostram um ranking de 57 países com suas taxas de óbitos causados por armas de fogo. O Brasil aparece na lista em segundo lugar, perdendo apenas, em termos de violência, para a conflagrada Venezuela. No Brasil, a taxa de mortos por armas de fogo é de 21,72 mortes por cada grupo de 100 mil habitantes, em comparação com os ditos países desenvolvidos, como os Estados Unidos, onde o porte e a comercialização de armas são liberados, aparece em 8º lugar, com uma taxa de 10,27 mortes por 100 mil habitantes. Em países como o Japão, Austrália e Inglaterra, que proibiram a venda de armas e munições, os índices são muito aquém daqueles verificados nos EUA. A Austrália aparece naquele

ranking em que o Brasil é lamentavelmente vice-campeão em 37º lugar, com apenas 1,68 mortes por cada grupo de 100 mil pessoas; a Inglaterra sustenta o 53º lugar com 0,26 mortes por cada grupo de 100 mil habitantes, e o Japão é o país em que menos se morre em função de arma de fogo. Este país ocupa a 57ª posição, com 0,06 mortes por 100 mil habitantes.

Em função desses dados Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, creio que não é difícil concluir que, quanto mais armas à mão, maiores são as chances de mortes. Creio que esses números chamam a todos nós a uma profunda reflexão e sobre a posição que cada um de nós, como representantes do povo, deve assumir no referendo de outubro. Particularmente, já sei de que lado estarei. Vou ficar ao lado dos que lutam para por fim à venda de armas e munições no Brasil.

E não tomo esta decisão apenas por uma opinião. Esta nossa posição está escorada em números, cujo resultado também me parece oportuno mencionar aqui.

Aqueles números que colocam o Brasil como o segundo país onde mais pessoas morrem por arma de fogo, são de 2002, portanto, um ano antes da adoção de medidas mais efetivas de controle das armas a serem implementadas no país. O resultado desse controle já pode ser percebido: de acordo com dados do Serviço Nacional de Armas, o Sinarm, o número de armas furtadas no Brasil caiu de 40 mil em 2003, para 15 mil no ano passado, enquanto o número de armas extraviadas despencou de 16 mil para 1,5 mil no mesmo período. A campanha pelo desarmamento fez com que cerca de 40 mil armas, que estariam indo parar nas mãos de criminosos não chegassem a seu “destino final”; os números mostram ainda que, desde 15 de julho de 2004, quando a campanha foi iniciada, um total de 279,689 armas foram recolhidas em todo o país.

Em 2004, a cidade de São Paulo assistiu a maior queda na taxa de homicídios dos últimos nove anos. Em relação a 2003 a taxa recuou 24%. De 46,8 caiu para 35,6 mortes por cem mil habitantes. A tendência de redução vem acontecendo desde 2002.

Deputado Pe. VALMIR FIGUEREDO (PT – EM APARTE) – Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. Realmente o Senhor está atualizado. No entanto, acredito que agora falta nos preocuparmos com as armas brancas, o que é muito difícil. Nos bairros mais carentes, mais humildes, onde o pessoal não pode comprar um revolver ou arma mais poderosa, eles saem de casa, portanto armas brancas. Se armam como podem. Uma faca, um terçado, um canivete, ou mesmo um espeto. Se compararmos a quantidade de pessoas que são mortas por armas brancas e armas de fogo, veremos que as proporções são quase iguais. Eu acredito que se os políticos, os governos e a sociedade quiserem, realmente, fazer um trabalho amplo em relação à violência, seria possível. Mas acontece que às vezes, a televisão, os jornais veiculam propagandas chamativas de bebidas alcoólicas e mesmo a renda sendo mínima, na maioria dos casos de violência a pessoa está alcoolizada. Eu acredito que nós, Parlamentares, temos que fazer um trabalho para conscientizar a sociedade da importância do desarmamento. Antes mesmo da campanha da paz, lá em Feijó, há algum tempo atrás, eu já fazia campanha a esse respeito. O Deputado Juarez Leitão é testemunha disso. E passava semanas sem haver uma prisão naquele município. Os Juízes, os policiais ficavam sem trabalho porque não havia ninguém preso. Mas se não houver um trabalho das religiões e das entidades que lutou pelos Direitos Humanos e Saúde, se não houver um trabalho social com união, dificilmente essa campanha pela paz terá o sucesso desejado. Eles entregam uma arma hoje, amanhã compram outra. Isso é muito sério. Então, o Deputado Fernando Melo está de parabéns. Vamos lutar com o Senhor para que possamos, pelo menos, no Estado do Acre, onde moramos, diminuir o índice de violência. Eu fico muito triste quando vejo situações como as que vi recentemente no comércio, próximo daqui, quando o comerciante atendia seus fregueses atrás de uma grade, por medo de ser assaltado. Isso é um absurdo, pois está acontecendo em bairros bem próximos do centro. A polícia está fazendo a sua parte. Nós reconhecemos o trabalho do Dr. Walter Prado, mas tem que ter o apoio de todos; da sociedade, da juventude e das escolas, caso contrário, os índices de violência não vão diminuir nunca. Então, Deputado Fernando Melo, o Senhor lute, e conte conosco, pois a Assembléia estará do seu lado defendendo essa bandeira pela paz.

Deputado FERNANDO MELO (PT) – Muito obrigado pelo aparte Deputado Pe. Valmir, fico feliz por já ter, de imediato, a sua adesão a essa campanha, que é de todos.

Deputado NOGUEIRA LIMA (Líder do BSC – EM APARTE) – Deputado Fernando Melo, eu sou policial e trabalhei, na ativa por 27 anos, e há 20 anos nós tínhamos um planejamento na nossa corporação. Quando a RP era chamada para uma ocorrência, os policiais já sabiam o que iam atender. Se era policiamento de RP nos bairros, nos bailes, para coibir isso, ou aquilo. Havia uma norma que ele deveria seguir. O mesmo acontecia no policiamento ostensivo. O Soldado sabia até o artigo que previa que era proibido portar arma branca na cidade. Essa infração era constante naquela época, porque havia muitos colonos. Naquela época, eu era guarda de trânsito, era Sargento e tirava serviço embaixo do semáforo. Eu estava lá o dia todo, e sabia tudo que constava no Código de Trânsito; não precisava nem olhar. Se a pessoa perguntasse porque estava sendo multado, eu respondia: você está sendo multado no artigo tal, por causa disso e disso. Quando não encontrava o cidadão, eu ficava com a multa um mês ou até mais, até encontrá-lo, mas ele tinha que assinar a multa. Nós fazíamos um trabalho de orientação e de cobrança. O que V. Exa. está colocando, eu concordo em parte, alguns aspectos eu discordo totalmente. Desde o meu primeiro mandato, quando eu era da base do Governo, que eu peço um plano de Segurança para o nosso Estado Deputado Pe. Valmir. Algo como o que V. Exa. falou aqui. Esse plano não deve partir só dos órgãos de Segurança, mas sim das igrejas, ONG's, enfim, todos. Não precisa ser estudioso para entender. O problema não é só o porte de armas. Então Deputado Fernando Melo, como V. Exa. foi Secretário de Segurança, se eu estiver enganado, e V. Exa. tiver um plano para Segurança, traga-o e apresente-o para os companheiros Deputados.

Deputado FERNANDO MELO (PT) – Em números absolutos, foram 1.168 mortes a menos em 2004 em relação ao ano anterior. No Acre essa redução também foi registrada. Nossos números de 2004 foram os melhores de uma série histórica de dez anos. Tivemos uma redução nos crimes de homicídios de 189 em 2003, para 154 em 2004. Isso significa que 35 vidas foram poupadadas. Os dados de 2005 são mais animadores ainda. Até abril deste ano, tivemos registrado apenas 9 homicídios com arma de fogo, contra 24 no mesmo período do ano passado. Estou certo, e gostaria de dividir esta certeza com meus nobres pares, de que a campanha do desarmamento foi um dos fatores decisivos para a queda desses números.

Outro dado não menos importante: o Ministério da Justiça divulgou, na semana passada, uma pesquisa mostrando o número de internações hospitalares ocasionadas por armas de fogo, após o início da campanha do desarmamento. De acordo com a pesquisa elaborada pela Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde no Rio, as internações de vítimas de armas de fogo antes da campanha, iniciada em agosto de 2004, eram de 180 por mês. Esse número caiu para 160. Uma redução de 10,5%. Em São Paulo, a redução é de 7,5%. Antes da campanha o número de internações era de 475, agora, com a campanha do desarmamento, esse número caiu para 442.

Desejo informar também que o Instituto Data Folha divulgou a pesquisa realizada em abril, a qual revela que 83% dos paulistanos são a favor da proibição da venda de arma de fogo a civis. Ainda no mês de abril, o jornal Gazeta do Povo, do Paraná, publicou o resultado de uma pesquisa sobre portes de armas de fogo e Segurança Pública. A pesquisa foi realizada pelo Instituto Paraná Pesquisas e mostrou que 70,31% dos entrevistados são contra a venda de armas no país e que 62% esperam uma redução no número de homicídios com a adoção dessa medida.

Depois de todo este relato, mediante às informações e dos dados que acabei de trazer ao conhecimento desta Casa e dos nobres Deputados, quero, Senhor Presidente, protocolar, como de fato o faço agora, o pedido de realização de Sessão Especial para tratar sobre a campanha do referendo a ser realizada em outubro próximo. Comunico que, na semana passada, estive visitando o Instituto Sou da Paz, em São Paulo, onde formulei o convite ao seu Diretor Executivo, para que ele nos visite, com o propósito de passar a experiência que eles têm nesta área de Segurança Pública, especialmente na área do desarmamento.

Solicito, portanto, Senhor Presidente, que todos se envolvam com este tema da maior relevância e de interesse de toda a sociedade. Protocolo então, como já disse, pedido para que a Augusta Assembléia Legislativa do Acre se credencie junto à Polícia Federal, para ser, também, um posto de recolhimento de armas. Afinal, somos representantes populares e esta é a Casa do povo, onde, com certeza, as pessoas de bem do nosso Estado sentir-se-ão à vontade para entregar as suas armas, contribuindo, dessa forma, com esta bem sucedida campanha que visa preservar vidas e tornar melhor a sociedade brasileira.

Creio que devemos contribuir para a criação de uma cultura de paz no nosso Estado e em nosso país. Um dos caminhos é esse: o desarmamento da sociedade civil feito pelos caminhos democráticos.

(Sem revisão do orador)

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** (Líder do Governo)

– Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, quero aproveitar o Grande Expediente, para abordar aqui duas questões. A primeira diz respeito a minha participação na reunião da OIE; e a segunda, trata-se da questão da reforma política.

Eu gostaria de agradecer a Mesa Diretora e aos demais Parlamentares por terem compreendido a minha participação na plenária dos dias 22, 23, 24 e 25 promovida pela Organização Internacional que trata da questão da saúde animal. Integram essa organização 140 Países que só se reúnem uma vez por ano. E o privilégio se dá, Deputada Naluh, na medida em que na pauta da discussão sobre a aftosa, só existia um lugar no mundo a ser deliberado: o Acre. O nosso Estado entrou em pauta por ter atingido as metas, e vale ressaltar que no ano passado, nós não recebemos a certificação porque a própria organização mudou os critérios, e o Acre, o Pará e o Amazonas não foram certificados. Eles ampliaram o chamado horizonte de participação e nós estávamos nos orientando pela regra anterior.

Eu fiquei muito surpreso, porque era um encontro de 140 países e a pauta era o Estado do Acre, os Estados do Amazonas e Pará infelizmente não conseguiram atingir as suas metas, portanto não entraram na pauta.

Então, o Acre foi certificado de área livre de aftosa. Isso é um sonho de muitos e não apenas dos grandes pecuaristas, porque interessa ao colono que tem duas vacas, ao produtor que tem apenas 30 cabeças, ao Governo que arrecada imposto e a população que precisa consumir uma carne de boa qualidade.

O gratificante dessa vitória é que trata-se de uma conquista do Governo da Floresta, que há tão pouco tempo era acusado de não deixar derrubar um único hectare de mato; de colocar os macacos no centro do projeto de desenvolvimento.

Portanto, os pecuaristas receberam o maior prêmio que é o certificado de área livre de aftosa. Uma grande conquista para o nosso Estado. Porém agora se apresenta um novo desafio para o nosso Governo, porque na medida em que um Estado é certificado, existe uma maior fiscalização por parte dessa organização, e nós teremos que cumprir metas e dotar o Instituto de Defesa, o IDAF, de infra-estrutura necessária para fazer um trabalho de vigilância permanente, para que nenhum caso surja, do contrário poderemos ter problemas com a nossa certificação. Em breve, o Governador estará enviando à esta Casa um Projeto de Lei que reestrutura DAF.

Então, eu gostaria de elogiar o companheiro Paulinho chefe do IDAF, porque foi ousado. Quando foram estabelecidos os limites da atuação do Estado do Acre para apresentar o nosso certificado de área livre de aftosa, havia a proposta de incluir alguns municípios; e ele defendeu. Houve um momento em que até algumas associações patronais tinham dúvidas e eram contra, porque achavam que nos estávamos botando um problema a mais, mas ele defendeu, Deputado Tarcísio. V. Exa. sabe muito disso, que Boca do Acre e o Município do Guajará que é vizinho de Cruzeiro do Sul, deveriam ser incluídos na nossa área livre de aftosa. Portanto, a fiscalização, a vacinação e todo processo que acontece em Boca do Acre e Guajará é feito a partir de uma iniciativa do Estado do Acre, claro em comum acordo com o Governo do Amazonas. Então a nossa certificação contemplou também esses municípios, embora o Amazonas não seja área livre de aftosa. O rebanho que hoje é criado naqueles municípios poderá ser exportado para qualquer lugar do país e do mundo.

O Estado do Amazonas também foi beneficiado, e é claro que o Acre mais ainda, porque Boca do Acre existe um frigorífico que abate os animais criados no Estado do Acre. Portanto, há um benefício mútuo para os Estados do Acre e o Estado do Amazonas.

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (Líder do PPS – EM APARTE) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Deputado Edvaldo, o Paulinho inteligentemente incluiu Guajará e Boca do Acre, que são municípios vizinhos do nosso Estado. Guajará eu não conheço, mas dizem que tem um número significante de cabeças de gado. Agora Boca do Acre sim, produz e muito e tem um frigorífico que abate, em média, 300 cabeças por dia. Aqui nós temos três frigoríficos e Boca do Acre um. Se fosse interditado, de 300 a 400 pessoas, ficariam desempregadas, pois elas iriam mandar a sua carne

para onde? Então o trabalho que o companheiro Paulinho fez foi muito bom. V. Sa. está de parabéns, porém agora, a responsabilidade do IDAF aumenta, mas nós vamos estar aqui para ajudar, não só como Parlamentar, mais como Deputado desta área; eu me considero assim. Que se faça um melhor trabalho para que nós consigamos exportar daqui para frente, porque, para os Senhores terem uma idéia, o boi já esteve até a R\$ 52,00 a arroba, mas hoje está a R\$ 41,37. Portanto, o nosso preço baixou por conta disso. Todavia, agora nós saímos da zona de risco e com certeza melhorará o preço do nosso gado. Não ganha apenas o grande pecuarista, mas todos, porque até a arrecadação de impostos aumenta para o Estado. Então, nós temos que parabenizar o trabalho que vem sendo feito.

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** (Líder do Governo)
– Deputado Tarcísio, incorpojo o aparte de V. Exa. ao meu pronunciamento, inclusive vou apresentar amanhã uma Moção de Aplausos a todos os técnicos e servidores do Instituto de Defesa Animal do Estado, IDAF, para que eles possam se sentir, digamos assim, prestigiados pelo o trabalho realizado.

Deputado **FERNANDO MELO** (PT – EM APARTE) – Deputado Edvaldo, gostaria de fazer um registro sobre importância deste fato histórico, no qual esta Casa teve o prazer de tê-lo como representante, para ver o Acre receber esse certificado das mãos da comunidade francesa. Então eu parabenizo o Governo do Estado, os Assessores do Governador que trabalham na área, e parabenizo todos os produtores e criadores de gado do nosso Estado.

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** (Líder do Governo)
– Incorporo o aparte de V. Exa. ao meu pronunciamento, e quero dizer que nós teremos oportunidade de fazer outro debate, numa outra Sessão, porque esse assunto não se esgota aqui.

Com relação ao pronunciamento da Deputada Naluh Gouveia, sobre o Congresso da Unale, eu quero parabenizá-la por integrar a Associação Nacional dos Parlamentos Estaduais nessa diretoria, eleita recentemente por um voto. Eu sei o que é perder por um voto, mas ganhar por um voto, eu não sei. Já perdi eleição por um voto.

Então, a minha opinião sobre a Reforma Política é que há uma hipocrisia com relação a ela. Vamos tomar como exemplo, a Assembléia do Acre: temos assento nessa Casa, Deputado Fernando Melo de treze partidos políticos, que só conseguem isso, em função das atuais regras eleitorais, o que força, tanto a base de sustentação do Governo, quanto a base de Oposição, a termos, aqui, uma política permanente de alianças. É altamente necessário a política de aliança. Não se pode construir maioria com 13 partidos, seja nas comissões, na base de sustentação, ou para aprovar matéria de interesse desta ou daquela corrente de opinião e etc.

Quando se discute reforma política nesse País, se discute, na maioria das vezes, pela ótica da restrição das liberdades políticas. O que fará com que no Brasil tenha fidelidade partidária, não é mais ou menos partidos, mas sim dos partidos que estão sendo construídos no Brasil, da organização interna de cada um.

Finalizando, eu quero dizer que o meu partido tem regras, e se nós não cumprimos tem sanções. A fidelidade, portanto, não deve ser imposta por uma reforma partidária ou uma reforma política, que restringem as liberdades democráticas. A liberdade tem que ser fruto da organização interna dos partidos. O cidadão adere ou não.

(Sem revisão do orador)

Deputado **DELORGEM CAMPOS** (BSC) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, vou falar a respeito da ida dos Parlamentares à IX Conferência da UNALE sediada no Estado da Bahia. Mas antes, quero fazer uma pontuação a respeito do pronunciamento do Deputado Fernando Melo, inerente à campanha de desarmamento. Eu tenho dito repetidas vezes que pessoas delinqüentes, irresponsáveis, que vivem na marginalidade, jamais entregaram suas armas. Quem respeita a Lei são os homens de bem. Digo isso, para a reflexão do Plenário, da Imprensa e da população como um todo. É válida a campanha do desarmamento, mas é bom salientar que as nossas fronteiras continuam abertas para a entrada de contrabandos dessa natureza, basta dizer que o Acre é o Estado brasileiro que possui a maior extensão de fronteira com o Peru, País que hoje apresenta um grande fluxo de drogas, sem falar nas armas, visto que serve de ponte para isso. Esse trabalho deve ser em conjunto, não adianta desarmar, entregar uma arma por trezentos reais, se as fronteiras do País estão abertas e essas armas entram a todo momento.

Certa vez, fiz um relato sobre uma grande apreensão de armas no Estado do Rio de Janeiro, quando foram apreendidas armas da marca Tauro fabricadas no Rio Grande do Sul e que estava entrando no Brasil porque antes haviam sido exportadas. Então, não basta apenas desarmar.

A questão da arma branca é impossível se conter. Só vejo uma saída tentar inibir o seu uso através do policiamento ostensivo.

Porém, o assunto principal que quero abordar diz respeito a minha ida à Bahia, com o objetivo de me interar sobre a Reforma Política. Acho que ela é importante; muitos disseram isso, inclusive o próprio Senador Renan Calheiros, que foi o palestrante e que dissecou um tema com serenidade, objetividade e muita segurança. Para ter um país sério, para se ter democracia consistente, tem que haver Reforma Política. Foram seis horas de debate e o discurso é muito polêmico quando se fala em financiamento público. Quem assegura que não haverá outro financiamento? É muito complicado a lista, o que se tem ali é meio termo. Porém, a Reforma Política é necessária, porque sem ela o que mais acontece no Brasil é a proliferação de partido. Infelizmente alguém ainda acha que tem que fazer partido em plena democracia. Não se pode conceber amigos, que um partido anoiteça com 30 Deputados amanheça com dez, e outro com trinta. Isso é uma coisa que desmoraliza, fragiliza, e deixa o País numa situação de insegurança diante de comunidade internacional.

Tivemos também uma palestra muito interessante sobre o Pacto Federativo. Não vamos entrar na questão de críticas a Parlamentares, porque todos sabem que existe um movimento mundial para enfraquecer o Parlamento e isso não é só no Brasil. Porém não conseguem, porque os Parlamentos são Poderes democráticos e abertos, isso é a salvação desse País. Esta Casa tem dado testemunho disso, recebemos todas as entidades que se sentem ofendidas e acuadas. Este é um Poder que jamais será vencido, pois é a presença legítima do povo, enquanto o Poder Executivo tem sua autonomia própria e o Poder Judiciário faz prevalecer a Lei.

E afi tem um fato interessante; alguém diz assim: “- A Justiça não funciona”. Mas, infelizmente devemos admitir que quem não funciona, às vezes, é o Congresso Nacional, porque não faz a reforma correta. Então, os Senhores Juízes têm razão. Daí a culpa recai sobre os Parlamentares. Mas não é assim, a culpa é do Congresso Nacional. Então, é uma questão seqüencial, o que as pessoas vão ter que entender é que a Imprensa, que tanto bate no Parlamento, depende dele para sobreviver e o Parlamento depende da Imprensa.

Eu tenho dito também aqui, que graças a Deus, ser Deputado não é profissão. Imaginem um pai de família ter que conviver com alguém dizendo: você é corrupto, você é desonesto, você gasta o dinheiro público. Quer dizer, se fosse profissão ficava difícil. Mas é mandato, é uma luta a cada dois anos.

Eu sou daqueles que defendem eleições gerais em todos os Países e que se adeque esse prazo, mas acho que é impossível. Não concordo, o nosso partido não concorda que haja prorrogação de mandato. Isso é um abuso. Porém, concordo que, se necessário for para se ajustar o calendário político, que os futuros Deputados, Senadores e Presidentes possam estar sendo eleitos para quatro, cinco ou seis, anos, porque o eleitor estará votando naquele momento e não estará sendo lesado.

Então é complicada a questão da Reforma Política. Tanto é, que ela não sai do papel. Quando pensamos que as coisas estão se encaminhando, presencia-se um debate desse, onde estavam presentes quase mil Deputados e um palestrante como Renan Calheiros, ou Ronaldo Caiado, no ano passado. Nota-se aí que a questão é complicada. Quero ainda dizer aos nobres Parlamentares que o Partido Socialista Brasileiro está incluso no partidos legalizados que existem nesse Brasil.

(Sem revisão do orador)

Deputado CHAGAS ROMÃO (Líder do PMDB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Senhores no Salão do Povo, Imprensa presente, quanto ao tema abordado pelo Deputado Luiz Calixto, que é o Superfaturamento da BR 364 sentido Rio Branco/Cruzeiro do Sul, o que tenho a dizer é que, tomara que não aconteça como aconteceu com aquela obra da Vila Olímpica, que iniciou há cinco anos. Aquilo é um elefante branco, superfaturado, que o Tribunal de Contas da União interviu.

Mas hoje, quero tratar de outro problema que está atingindo a população de Rio Branco: trata-se da água, que não está chegando mais nas torneiras dos acreanos.

O PT usa de muitos argumentos para justificar os erros da sua administração. Antes, nas outras administrações, os culpados eram

os Prefeitos. Hoje, como eu já ouvi em algumas entrevistas, a culpa é do Rio Acre, que está secando. Ora, meus amigos, o Rio Acre, todos os anos, tem a sua vazão.

Sábado, eu cheguei de viagem, e domingo eu estive pelos bairros Tucumã, Universitário e outros, e nessas visitas Deputada Naluh, eu ouvi alguns moradores cantarem uma música, que dizia assim: “Angelim, eu quero água para agoar o meu jardim, eu quero água para agoar o meu jardim”. E eu fiquei preocupado com aquilo, e cheguei para uma senhora e perguntei: “Por que todos vocês estão cantando essa música?”. Ela falou: “Deputado, essa foi a música do PT, para ganhar a Prefeitura, dizendo que os outros prefeitos não levavam água. Agora nós estamos cantando, pedindo, nós estamos querendo água, porque o jardim está se acabando”.

Deputado EDVALDO MAGALHÃES (Líder do Governo – EM APARTE) – Deputado Chagas Romão eu o agradeço pela concessão do aparte, e acho que nesse ritmo V. Exa. vai acabar sendo cantor.

Mas eu queria fazer duas observações sinceras: primeiro, eu não ouvi ou não entendi como V. Exa. entendeu, que o Deputado Luiz Calixto teria afirmado que está havendo superfaturamento na BR, pois nesse caso, eu teria feito o debate com ele, mas isso ele ainda não disse; pode estar querendo dizer. No momento em que ele afirmar isso, nós vamos debater. Mas isso é assunto para a próxima Sessão. Com relação ao problema da água, eu sugiro que V. Exa. nos traga aquela receita das maquininhas do ex-prefeito Mauri, que V. Exa. tão bem vendeu na campanha, para que possamos levá-la para o Angelim e tentar resolver esse problema da água.

Deputado CHAGAS ROMÃO (Líder do PMDB) – Deputado Edvaldo, eu não disse que os Prefeitos passados resolveram o problema da água, mas digo que esse ano a falta d'água está pior que os outros. Eu já falei anteriormente, que os dos primeiros meses de administração do Prefeito Angelim foram bons; eu não posso dizer que não, pois a água chegou normalmente, até melhor. Mas agora mudou, e o povo está cantando a música da campanha do prefeito, e eu acho que ele deve dar um jeito na situação.

A coleta de lixo também não está sendo a contento. Esses dias eu vi umas reportagens do PT, quando diziam que o problema não é do Prefeito e sim da população que não bota o lixo no local adequado. Isso sempre existiu e eu acho que realmente a população deve cooperar, mas essa é outra questão.

Então, eu acho importante o Prefeito rever os problemas que preocupam a população; como a água, que está faltando nas torneiras dos acreanos e por isso o povo começou a cantar aquela música. Aí não fica bem.

(Sem revisão do orador)

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, na sessão de amanhã, nós vamos aprofundar mais ainda o debate sobre o preço das BRs, mas nesse pequeno espaço de tempo que temos no Grande Expediente, eu quero manifestar a minha contrariedade a uma declaração que foi dada pelo Deputado Nilson Mourão e registrada no site O Estado Online.

Todos nós que militamos na política sabemos que jamais se viu em toda história política do Acre um Governo tão perseguidor, não apenas em relação aos funcionários públicos e aos empresários, mas sobretudo em relação à Imprensa. A regra é simples e básica. Se falou bem, recebe. Se não, se submete aos caprichos do Governador Jorge Viana e à linha editorial desenhada pelo Aníbal Diniz. Essas empresas têm dificuldades, inclusive de obter patrocínio na iniciativa privada. Nós temos um caso aqui, de um empresário, que foi achacado e obrigado a retirar suas publicidades da TV e do jornal O Rio Branco, exatamente porque a TV e o jornal O Rio Branco, não se submetem aos caprichos do Aníbal Diniz.

Para concluir, Senhor Presidente, dizem que os defeitos de casa vão à praça, não é esse o ditado popular? O exemplo disso, é que no site O Estado Online há uma recomendação, um pedido do Deputado Nilson Mourão ao Presidente da República, ainda bem que o pedido é tão idiota quanto quem o fez, ou seja, ele pede que o Governo Federal retire das páginas da Revista Veja o patrocínio da Caixa Econômica, apenas, pelo fato da Revista Veja estar trazendo ao conhecimento da população a roubalheira que se instalou no Governo do PT.

Olha, o que diz a declaração feita em um pronunciamento na Câmara dos Deputados. “Tenho a impressão de que a Revista Veja

está com algum problema, provavelmente de ordem financeira, apesar de a Caixa Econômica ainda estar bancando esse folhetim, o que não deveria".

Só, meu querido Deputado e quase parente Deputado Nilson Mourão, lá, a situação é diferente. Aqui, as empresas sobrevivem única e exclusivamente da ração que o Governo lhes dá. Diferentemente da revista Veja, uma revista de circulação nacional de credibilidade, a maior do país, uma das maiores do mundo. Não vai atender a uma provocação dessa ordem. Isso revela o espírito desses petistas. Ainda bem que aqui na Assembléia, os Deputados petistas Fernando Melo, Naluh Gouveia, Ronald Polanco, Juarez Leitão e o Pe. Valmir Figueiredo são diferentes. Eu tenho certeza que eles se sentem constrangidos com essa afirmação em relação à Revista Veja.

A Revista Veja está fazendo com o Lula, a mesma coisa que fez com o Fernando Henrique e com o Fernando Collor, e não será o fim de um patrocínio que irá fazer com que a Revista Veja se comporte como alguns jornais aqui do Estado do Acre, que não podem ouvir o espirro do Aníbal Diniz que saem por aí se tremendo. Mas nós vamos resistir, Senhor Presidente, e estas declarações apenas servem para revelar o Goebes que existe dentro de alguns petista neste Estado.

(Sem revisão do orador)

Ordem do Dia

Aberta a Ordem do Dia, a Deputada Naluh Gouveia, em Questão de Ordem, pediu a retirada da Emenda Constitucional n. 1/2005 e também que fosse realizado a Explicação Pessoal.

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – Atendemos a Questão de Ordem da Deputada Naluh Gouveia.

Suspendemos a presente Sessão por cinco minutos para entendimento entre as bancadas. (PAUSA)

Está reaberta a Sessão.

O Senhor Secretário procedeu à leitura, m Redação Final, do Projeto de Lei n. 41/200, de autoria da Mesa Diretora, que "Altera dispositivos da Lei n. 1.566, de 4 de junho de 2004".

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, os Senhores Deputados que forem a favor, permaneçam sentados. Os que forem contra, fiquem de pé. Aprovado por 13 votos.

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – Comunicamos ao plenário que após a expedição dos Autógrafos, o referido Projeto irá a Sanção Governamental.

Está encerrada a Ordem do Dia.

Explicação Pessoal

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero falar para os Senhores parlamentares que hoje é comemorado o Dia Mundial Contra o Tabagismo. E o nosso exemplo aqui na Assembléia é motivo de orgulho, visto que nenhuma de nós, Deputadas, fumamos. Seria bom que os Senhores Deputados tomassem o exemplo do Deputado Edvaldo Magalhães, quando disse que se o Presidente Lula ganhasse a eleição, ele deixaria de fumar, e cumpriu a promessa. Olha que isso é uma coisa bonita de ver. Eu conheço o Deputado Edvaldo há uns 20 e poucos anos, e ele sempre fumou. Então, o Deputado Edvaldo Magalhães é um exemplo para nós. E, por conseguinte, ficou mais bonito, mais saudável e a Deputada Perpétua, o Pablo e a Maira, agradecem. Hoje, a partir das 14h30m, vamos realizar aqui nesta Casa, uma Audiência Pública sobre o tabagismo e fazemos questão que o Deputado Edvaldo esteja presente.

Senhor Presidente, no próximo dia sete nós vamos realizar aqui, na Assembléia, um encontro muito importante. Na verdade, não é um encontro e sim uma vídeo conferência, para discutirmos o tema: "a mulher e a Reforma Política no Brasil". Essa vídeo conferência será exibida para todo o Brasil e será promovida pelas parlamentares da Câmara Federal e do Senador. Nós, mulheres, estamos extremamente preocupadas com esta questão da Reforma Política, pois não sabemos como é que vamos ficar. Essa coisa de lista feita pelo presidente do partido, isso nos assusta demais. Para mim, o presidente do partido irá se tornar quase que um Primeiro Ministro. E isso é preocupante, porque as eleições partidárias, elas não são tão democráticas e tão de esquerda

como nós sempre imaginamos. Pelo contrário, elas inclusive, estão se descharacterizando cada vez mais. Eu já vejo eleições, inclusive, no nosso partido onde cargos comissionados, não são cargos do partido e sim, dos Deputados, do Governador, do Secretário. Eu não sei, Deputado Edvaldo, se essas coisas muito ruins, já chegaram no PC do B, mas infelizmente no PT, já aconteceu. Eu mesma fui vítima de uma convenção e eu sei como é que foi, de telefonemas, recados, uma convenção extremamente complicada. Então, eu me preocupo como irão ficar as mulheres nessa reforma. Eu proponho, inclusive, que essa lista, seja composta por um homem e uma mulher. Eu vou propor isso, a nível nacional. O que não dá para aceitar são "caciques" dentro de partidos. Eu me preocupo e dia 7, próximo, nós vamos fazer essa discussão.

Senhor Presidente, hoje eu estou me referindo muito ao Deputado Edvaldo Magalhães, portanto, o faço com honra. Quero parabenizar aqui a postura dos Deputados Federais Perpétua Almeida, João Correia e Senador Geraldinho, por não terem nos traído. Eu não aceito o nome traição nessas pessoas. Isso é inadmissível, está errado e meu partido está errado na condução dessa discussão da CPI. O Partido dos Trabalhadores pedia CPI até para quem namorava e quem não namorava. Agora somos Governo e não queremos CPI, não é certo, sou questionada no mercado, no supermercado ou em qualquer lugar que eu vá. A postura dos companheiros e das companheiras do PT, é falsa. Dizer que o Suplicy nos decepcionou é mentira! O Suplicy não nos decepcionou, ele nos orgulhou ao ter assinado e conseguido manter sua assinatura ao pedido de CPI.

Então, quero dizer que eu fico triste e envergonhada quando eu vejo que dentro do Partido dos Trabalhadores essa discussão é feita sob ameaças, ou seja, quem assina pode sair do partido, inclusive pessoas que o construíram. Eu, sinceramente, fico feliz porque companheiros e companheiras do Partido dos Trabalhadores assinaram a CPI. Essa coisa de dizer que é Governo e quem vota contra o governo não é governo, é balela. Isso é engano, sabe por que, Deputado Polanco? Porque quem quer ser governo discute com sua base e até hoje o Presidente da República não teve uma reunião com a base do PT. Isso não é governo, isso não é partido, isso não é discussão; e outra coisa, eu me atendo a discussão da questão do foro íntimo; eu me aforo toda vez que venho criticar o meu partido. Eu critico e me "aforo" da questão do foro íntimo. Sabe por que, Senhor Presidente? Porque o foro íntimo não é só para discutir quem é contra ou a favor do aborto. Foro íntimo é a questão da corrupção, que para mim é uma das piores pragas que têm dentro do País e foi vergonhoso ver aquele homem dando aquelas declarações! É vergonhoso o que está acontecendo em Rondônia, nosso vizinho. É vergonhoso o que acontece a nível nacional. Se o Orleir Cameli ganhar algum trechinho, seja de um quilômetro, seja de cem metros é vergonhoso. E, para mim, corrupção é questão de foro íntimo. Eu vou querer no PT essa discussão de foro íntimo.

Por isso, quero me parabenizar, porque não dá para parabenizar, infelizmente, os nossos companheiros daqui. Sei que o Senador Tião Viana é diferente de algumas pessoas que foram citadas e fez de tudo para que o PT assinasse, em bloco, a CPI. Sei que é complicado para ele, como vice-Presidente do Senado, quando há deliberação, se colocar em cima de posições, que muitas vezes não acreditam, só que eu, sinceramente, apegue-me a decisão do Partido, na questão do foro íntimo.

Por último, Deputado Fernando Melo, V. Exa. ainda não estava aqui quando eu apresentei um Requerimento solicitando que fizéssemos uma campanha de desarmamento. Eu acho que nós devemos fazer uma discussão além do referendo, pegando essa emenda apresentada pela Deputada Perpétua. Nos nossos seringais e colônias, ainda não chegou a informação de que essa emenda foi aprovada; e tem mais, Deputado Edvaldo, acham que nós estamos tirando a espingarda, a arma, o meio de sobrevivência daquele pessoal. Vou usar o meu mandato, para dizer não a compra de armas.

O Brasil não tem que dar dinheiro para grandes corporações, como as que estão usando, muitas vezes, os meios de comunicação, porque agora, a Rede Globo, inclusive, mudou de discurso. No inicio estava a favor, agora como houve muita pressão, o discurso é outro. Hoje, eles dizem que têm países como os Estados Unidos, que é liberada a venda de armas e lá o índice de homicídios é muito baixo. Aí é querer brincar conosco. Então, eu vou usar o meu mandato, para que consigamos, aqui, dizer não a esse referendo, onde a idéia é não termos armas.

Por último, Senhor Presidente, amanhã e depois de amanhã estarei apresentando dez projetos sobre a questão da saúde da mulher. Quero pedir o apoio dos companheiros para um projeto em particular,

pois várias mulheres têm os seios imensos, o que causa problemas de saúde. Há um entendimento errado por parte da Saúde Pública de que diminuir os seis dessas mulheres é uma questão de embelezamento, de estética e na verdade não é isso. Têm companheiras que estão tendo problemas graves de coluna, no corpo toráxico, por causa dos seios grandes que pesam muito. E a idéia é fazer com que essas mulheres possam ter a redução de suas mamas.

(Sem revisão do orador)

Deputado **FERNANDO MELO** (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, gostaria de me pronunciar a respeito da questão do desarmamento. Deputada Naluh Gouveia, antes de conversar com V. Exa, eu ia solicitar, através de Requerimento à Mesa Diretora, a realização de uma sessão, para que fosse tratada essa questão, mas já que a Senhora falou que já tinha requerido e que já foi, inclusive, aprovado, então nós vamos fazer conjuntamente.

Um outro Requerimento que eu gostaria de fazer à Mesa Diretora, é no sentido de que a Assembléia Legislativa seja credenciada junto a Polícia Federal, para que esta Casa, também seja um posto de recolhimento de armas. Afinal, nós somos representantes populares e esta é a Casa do povo. E, com certeza, as pessoas de bem do nosso Estado sentir-se-ão à vontade para entregar suas armas, contribuindo assim, nessa campanha que visa preservar vidas. Creio que devemos contribuir para a criação de uma cultura de paz em nosso Estado e em nosso país e um dos caminhos é esse, o desarmamento da sociedade civil, de maneira democrática.

Outro fato importante, Deputada Naluh Gouveia, diz respeito ao dia de hoje, considerado o Dia Mundial Sem Tabaco, inclusive a Senhora convida os Senhores Deputados para participarem de uma reunião que acontecerá, hoje, à tarde. Quero, desde já, confirmar minha presença. Aproveitando que hoje está sendo comemorado o Dia Mundial Sem Tabaco, quero dizer que está em tramitação no Senado Federal, um documento que foi aprovado em 2003 e assinado por cento e sessenta e oito países, ligados a Organização Mundial de Saúde, falando sobre a questão do tabaco, que é um problema mundial. Nós temos uma população, hoje, no mundo, de seis bilhões de pessoas, onde um bilhão e trezentos mil fazem uso do tabaco e isso tem criado um problema de saúde no mundo todo. São cinco milhões de pessoas que anualmente morrem no mundo inteiro, vítimas do uso do tabaco. Portanto, se esses números continuarem nessa escalada, a previsão dos técnicos da Organização Mundial de Saúde, é que no ano de 2020, dez milhões de pessoas vão morrer vítimas do cigarro. E um fato interessante é que no Brasil as mulheres mais jovens são as pessoas que mais estão aderindo a questão do tabagismo. Então, eu acho que essa reunião de hoje, à tarde, é de suma importância, para que a sociedade seja esclarecida nessa questão.

Solicito que a Assembléia Legislativa envie um Ofício aos Senadores da República, ao Presidente do Senado Federal, para que façam a ratificação de uma Convenção Internacional que o Brasil assinou. E essa ratificação já foi aprovada na Câmara Federal. Portanto, há mais de um ano encontra-se no Senado Federal parada. E, hoje, a sociedade que trabalha, militando nessa questão contra o tabaco, está solicitando ao Senado Federal agilidade nessa questão, para que o Brasil faça a notificação dessa convenção. Então, solicito a esta Casa que envie uma correspondência ao Presidente Renan Calheiros, ao vice-Presidente, Senador Tião Viana, e aos nossos Senadores Sibá Machado e Geraldinho, para que eles, em nome do povo acreano, agilizem a agilização e a votação dessa importante matéria que se encontra no Senado Federal há mais de um ano.

Por último, eu gostaria de falar sobre esse tema que foi abordado aqui, pelos Deputados Luiz Calixto e Naluh Gouveia, sobre a questão da CPI dos Correios. Ontem, assisti no Senado Federal uma discussão a respeito da posição do Senador Suplicy, que inclusive foi levada a público, quando poderia muito bem ser interna. Mas foi feita na tribuna do Senado, numa demonstração clara de que o PT é um partido democrático e não quer esconder nada da população. E eu quero aqui fazer justiça ao Senador Tião Viana e rebater as palavras do Deputado Luiz Calixto, onde afirmou que o Senador Tião Viana teria sido contra e teria até chamado atenção do Senador Suplicy, sobre o que tinha sido acertado na bancada do Partido dos Trabalhadores, de que a sua bancada iria retirar o seu nome da CPI e o Senador Suplicy, sem comunicar ao restante da bancada, quebrou esse pacto. O Senador Tião Viana, inclusive, até respeitou a decisão dele. Diziam os romanos que os pactos devem ser cumpridos.

Portanto, eu gostaria de fazer esse registro, o Partido dos Trabalhadores, que é um partido de apoio ao Governo, entendeu que a CPI, naquele momento, iria trazer prejuízos à governabilidade do País, até porque a Polícia Federal já está apurando os fatos e tomou a decisão de retirar as assinaturas; agora sim, o Partido dos Trabalhadores irá defender a CPI, que será um instrumento a mais na investigação, já que a Polícia Federal já está fazendo a devida apuração.

(Sem revisão do orador)

Deputado **RONALD POLANCO** (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu gostaria de discutir essa questão do nosso partido em nível nacional. Não é fácil quando você tem um Congresso Nacional onde de cada cinco Parlamentares Federais, apenas um é do PT; aliás, menos de um. Portanto, manter a governabilidade não é fácil.

Deputado Luiz Calixto, para assinar ou não uma CPI, a primeira coisa que nós temos que fazer é o que o Deputado Fernando Melo colocou aqui, que enquanto não se provar que os membros do PTB têm realmente envolvimento com o caso dos Correios, o PT não pode colocar os aliados na lata do lixo. Nós não estamos fugindo da CPI, aliás, a bancada toda do PT lá, deve estar passando as maiores dificuldades, mas nós temos que mostrar aos aliados, que primeiro tem que se investigar corretamente, para depois se chegar aos culpados.

Deputada Naluh, V. Exa. coloca que nós temos que ter independência. Só que é muito bom pegar o coletivo do partido; quando o partido passa por dificuldades, eu deixo de o apoiar e coloco a minha condição individual, de Parlamentar independente; quando eu preciso do partido, o apoio, porém, quando o PT ou a Frente Popular, está desrespeitado, eu digo não, pois eu tenho o meu foro íntimo, a minha independência e trilho o caminho independente. Eu não acredito na política feita dessa forma, não acredito mesmo.

Então, eu nego, Deputada Naluh Gouveia, que em nível nacional, a economia está indo muito bem e a política está indo mal. O Presidente da República tem dialogado com sua bancada, todavia não tem avançado como esperávamos. Este país é grande demais, e nós temos que entender que ainda estamos passando por um processo de amadurecimento da democracia, inclusive, nos partidos. Nós temos que entender que estamos governando um continente, Deputada. Então os cuidados têm que ser tomados; mas eu tenho certeza que nenhum membro do conselho, em nível nacional, se envolveu com maracutaias, só que no Congresso de cada cinco parlamentares, nós só temos um.

O Ministro Thomaz Bastos e a Polícia Federal estão tomando todas as providências para desvendar esse caso. E aqueles que praticaram atos de corrupção serão responsabilizados pelo nosso governo.

No Congresso Nacional, Deputada, as CPIs são criadas quando não se toma as devidas providências, e também para se fazer palanque político. Então, eu vejo que neste momento essa CPI está mais para palanque político do que para mudar a realidade do país.

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT – EM APARTE) – Deputado Ronald Polanco, obrigada pelo aparte, nós Parlamentares somos eleitos por duas formas, ou seja, com a ajuda da legenda e dos nossos votos. Eu vou lhe dizer uma coisa, Deputado Polanco, todos os dias, eu fico feliz por não ter me candidatado a Deputada Federal, sabe por quê? Eu não sei se ainda estaria no PT, o discurso que nós estamos fazendo agora, Polanco, há dois anos, fazímos, justamente, o inverso. Deputado Polanco, todos os dias, nós somos cobrados no meio da rua por coerência. Inclusive, algumas companheiras e alguns companheiros estão sendo expulsos do partido por causa desta palavra: coerência. Então, nós mentímos para o povo na época do Fernando Henrique Cardoso, quando o Artur Virgílio e sua tropa fazia este mesmo discurso que nós estamos fazendo agora, dizendo: “–vocês querem CPI para politizar.” Então nós mentímos para o povo? Nós não mentímos não, Deputado Polanco. Eu não quero crer que nós mentímos. Então das duas uma; ou nós mentimos ou superfaturamos, daí nós temos que pedir desculpas para o povo. Só têm essas saídas. Nós pedímos CPI demais. Nós querímos mesmo era desmoralizar o governo. Na verdade, nós não querímos pedir a CPI. Nós querímos era politizar. Nós temos que pedir desculpas ao povo por em menos de dois anos termos mudado o discurso. Não dá para aceitar isso, porque o PT é a maior reserva moral deste país. E se nós fizermos a mesma coisa que esses outros partidos sempre fizeram, sabe o que vai acontecer? Essa reserva moral não vai existir. E vamos ficar todos no mesmo campo. É isso que esses onze companheiros Deputados Federais e Senadores estão fazendo, tentando alertar o Partido dos Trabalhadores, de que esse trilho vai acabar nos colocando no buraco, vai nos derrubar e nos tirar desse campo moral,

onde graças a Deus nós sempre estivemos. Tem tempo, ainda, façam acordo com o povo. Por que fazer acordo com esses picaretas, com essa elite babaca que tem neste país? Por que não faz acordo com o povo, com a CUT, com o MST ou com o CNTE? Por que fazer acordo com um cabra que fala que roubou e que se abrir a boca outros vão ficar no lugar dele? Eu acho, sinceramente, que temos que fazer acordo com o povo.

Deputado **RONALD POLANCO** (PT) – Deputada Naluh Gouveia, muitas vezes para ser governo temos que cada vez mais aprender sobre democracia. Eu acho que um dos valores, uma das virtudes mais avançadas da Democracia é a humildade para reconhecer, que errou. Eu já vi várias vezes o Líder do Governo, no Congresso Nacional, pedir desculpas por não ter votado a Lei de Responsabilidade Fiscal; pedir desculpas pelos erros que nós cometemos nos momentos mais importantes desse país, que precisa de transformações. Também isso que V. Exa. falou de fortalecer os movimento e colocar esse país em outro patamar é importante. Agora nós temos que reconhecer que nós somos governo e quando você está no governo, não está só, porque precisa de alianças. É fácil falar aqui que nós vamos fazer aliança com o povo. Acontece que existe um arcabouço institucional, que tem um parlamento que diz que você tem que ter maioria nele para você votar os seus projetos. E nós não temos maioria. Não temos sequer 20% do Congresso Nacional.

Então, precisamos dar sinais para os aliados para poder aglutinar, porque espalhar, todo mundo sabe. Agora a arte de aglutinar não é fácil. Nós aglutinamos o povo, mas não convencemos a elite, inclusive a elite política de que o país pode trilhar outro caminho. Então temos que dar sinal. E essa crítica que a Senhora faz, é fácil de fazê-la. O difícil é trabalhar a construção de uma maioria. Isso é difícil! Chegar no microfone do Congresso Nacional ou este aqui da Assembléia Legislativa e espatifar tudo, não custa nada. É só vir de casa para cá, entrar no ar-condicionado do carro, entrar no daqui e espatifar tudo. Agora, juntar o povo, juntar as bancadas, negociar com a oposição, com a sociedade civil organizada, demanda tempo, paciência, prudência, exige muita habilidade política, muito diálogo, muita capacidade de aglutinar. É por isso que eu acho que este País, que este Estado precisam juntar todos para que tenhamos um projeto longo e que as propostas tenham continuidade.

Eu não acredito no grito fácil, eu acho que a longo prazo a Democracia vai fazer com que a sociedade amadureça e seja feliz. E saiba porque está sendo feliz, porque ser feliz e não saber porque também não é bom. Então dessa forma, eu acho, Deputada Naluh Gouveia, que nós podemos contribuir muito, se dermos sinais para os nossos aliados, para a oposição e para o povo de que há um Projeto para este país e que nós precisamos, inclusive, no nosso Estado, aglutinar grandes movimentos para fazer com que este Estado se desenvolva.

(Sem revisão do orador)

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, minha querida Deputada Naluh Gouveia, ontem aqueles que assistiram aos debates da TV Senado, tiveram, talvez, o desprazer de ver uma verdadeira lavagem de roupa, feita pela bancada do PT. Questões que eles mesmos reconheceram que deveriam ser debatidas internamente, foram levadas a público pelas câmeras e letras dos jornais, promovendo uma verdadeira humilhação ao Senador Eduardo Suplicy, apenas porque ele assinou o pedido de abertura de CPI. Lá se discutiu por longo tempo a história de um acordo, que na minha avaliação, não teria eficácia nenhuma porque os Deputados e Senadores do PT seriam signatários da CPI, já que todos os Parlamentares estavam de acordo com sua constituição; ou seja, a mesma estava constituída, aprovada, mas mesmo assim, alguns Senadores do PT queriam apenas se somar a este esforço para ficar bem frente à opinião pública. Portanto a CPI obteve o número de assinaturas necessárias sem que houvesse necessidade da assinatura dos senadores petistas.

O Senador Suplicy foi submetido a um verdadeiro massacre. Numa de suas falas disse que estava decepcionado. Fez uma ilação com o que ocorreu em 1974 com Paulo César Caju, dizendo que aquilo era um “papelão”. O Senador Tião Viana estava igualmente decepcionado. Meu querido Deputado Fernando Melo, dada a decepção dos Senadores do PT como o Senador Suplicy, faço a seguinte indagação: Gostaria de saber se eles sabem o tamanho da indignação do povo brasileiro com relação a eles, que trabalharam contra a instalação da CPI já que não assinaram a mesma.

Quem assistiu, a matéria e quem tem a Revista Veja desta semana Senhores Deputados, deve avaliar a dimensão da crise política pela qual estamos passando. O Deputado Roberto Jéferson se deu ao luxo de não atender, de não receber o coordenador político do governo Deputado Aldo Rebelo e o chefe da Casa Civil o Ministro José Dirceu, e se os recebeu, foi enganado, porque na portaria não avisaram exatamente que eram os dois que estavam lá. E o Roberto Jéferson, segundo a revista Veja, Deputado Hélio Lopes, num sentimento de chantagem, disse que eles que resolvesssem essa questão da CPI, porque no banquinho que ele sentasse, ia sentar o Silvio Pereira, o Secretário Geral do PT, o Delúbio, que é o homem da grana do PT, e também o Ministro José Dirceu, ou seja, quando o homem bomba do PT manipulava os gastos e as propinas do governo, faz uma chantagem dessas às três pessoas mais importantes do PT, o secretário geral, o tesoureiro e o Ministro da Casa Civil, nós que aqui somos pobres mortais passamos a perceber a dimensão da ratoeira que se transformou o Governo do PT.

Ontem, a Senadora Heloisa Helena disse que preferia participar de um balaio de gato do que participar de um ninho de ratos, porque o Governo do PT se perdeu, e aí, nós queremos fazer uma ressalva aos bons petistas, que estão tão decepcionados e frustrados quanto nós. O PT perdeu a sua maior bandeira, a linha do seu discurso que é exatamente a ética e a moral. Antes, e aqui eu discordo do Deputado Ronald Polanco, a qualquer indicio de corrupção, em qualquer outro Governo, o PT era exatamente o partido que animava a militância, que nos enchia de esperanças propondo as CPI's para que este país fosse passado a limpo. Exemplo disso foram as CPI's do Collor e dos anões do orçamento, propostas pelo PT. Agora o PT, tanto lá em Brasília, quanto aqui. Porque as CPI's que nós pusemos aqui também não tiveram as assinaturas necessárias; apenas uma da Deputada Naluh. Fogem das investigações dizendo que isso é apenas instrumento, quando há dois ou três anos o PT reivindicava exatamente as mesmas coisas. A Oposição está apenas cumprindo o seu papel de fiscalizar, denunciar e ninguém pode nos tirar esse direito, porque fazer isso é negar todos os princípios democráticos, já que CPI é um instrumento de investigação.

Deputado **FERNANDO MELO** (PT – EM APARTE) – Eu gostaria de registrar algo interessante. O Partido dos Trabalhadores é o principal partido no Congresso Nacional e na Câmara dos Deputados. Dá sustentação ao Governo Lula além de ser um partido político que tem um compromisso com o Governo que está à frente do povo brasileiro. Deputado, V. Exa. deve ter a consciência de que governar um país como o Brasil, um país continental cheio de problemas herdados desde a sua descoberta, não é fácil. E hoje os números que o Governo do Partido dos Trabalhadores apresenta, são números muito diferentes do que até bem pouco tempo nós tínhamos no Brasil. Uma coisa é um projeto político ganhar, como o do Governador Lula ganhou, outra, é executar esse projeto. Para colocarmos em prática o que foi prometido, o que foi defendido, nós precisamos de algo que hoje é muito comentado chamado governabilidade para tomar decisões. Como falou o Deputado Polanco, nós temos um Deputado para cada cinco membros do Congresso Nacional. O que é pouco. O Governo tem um princípio e não está fugindo dele, portanto, tudo vai ser apurado, porque o Governo Lula não protege nem persegue ninguém. Se veio a tona uma denúncia contra um aliado, temos a Polícia Federal para investigar e o próprio Ministro da Justiça ontem esteve na rede Globo dando uma entrevista longa e falando do empenho do Governo em averiguar esta questão com muita responsabilidade. Esta CPI é outro instrumento que vai, no momento certo, fazer as investigações, mas no entendimento do Governo, isso vai trazer prejuízos à execução das obras do Governo. Então, não podemos dizer aqui que o PT é contra ou a favor; como já falei, nós temos que trabalhar pela governabilidade para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro e o Governo Lula está demonstrando esse interesse na prática. Obrigado.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Deputado, eu somo ao meu discurso o seu aparte, mas eu gostaria de dizer que algumas coisas precisam ser melhor esclarecidas para a nossa população. Todas as vezes que o Governo se sente acuado pela pressão política da Oposição, recorre a argumentos que não tem sustentação, como o de que o País precisa de governabilidade. Mais governabilidade esse país terá, quanto menos for o número de corrupções, quanto mais corruptos tiverem na cadeia, os partidos majoritários, os partidos que estão no

Poder, ditando as cartas e regras, apoiarem os instrumentos de investigação.

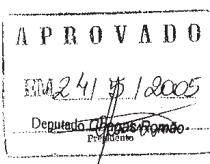
Um outro argumento que se utiliza agora, porque não se utilizava há dois anos, é que o Ministério Público e a Polícia Federal já estão nas investigações, mas sempre foi assim. Em todas as situações a Polícia Federal e o Ministério Público estiveram presentes nas investigações, mas a CPI é um instrumento muito maior, pois é o povo fiscalizando. A CPI é o Deputado questionando, é o povo tendo conhecimento das investigações, porque o que se apura nas quatro paredes de uma delegacia ou na sala do Ministério Público, não chega ao conhecimento das pessoas, somente através de uma CPI isso acontece.

O que nós abordamos aqui é o nosso direito de questionar, e não faz muito tempo, que o PT fazia a mesma coisa. O que decepciona algumas pessoas é a negação da história. A Deputada Nalu Gouveia se sente constrangida, pois era animada a apoiar todas as CPI's, e hoje, o seu partido é o primeiro a trabalhar para obstruir essa possibilidade.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – Em virtude do horário regimental encontrar esgotado, encerramos a presente Sessão e convocamos outra para dia e hora regimental.

Subsecretaria de Atividades Legislativas



PARECER N. 1/2005

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL N.1/2005

AUTORIA: Deputada NALUH GOUVEIA

EMENTA: "Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias."

RELATOR: Deputado JOSÉ LUIS

I - RELATÓRIO:

Chega para exame na Comissão Especial, instituída pela Resolução n.3/2005, nos termos do art. 26, I, da Resolução n. 86/90, proposta de Emenda Constitucional n.1/2005, fulcrada no art. 53, I, da Carta Estadual, atribuição está conferida a autora da proposta acima ementada.

A Constituição é o mandamento jurídico em que se exaram os princípios fundamentais para a instituição das demais normas ou regras a serem estabelecidas.

E ela quem impõe as diretrizes gerais das instituições públicas e as restrições que devem ser adotadas para as garantias dos direitos individuais e coletivos.

A autonomia constitucional dos estados consistem em organizar suas próprias constituições e revisá-las a seu contento, desde que respeitem e obejam a Lei Maior.

Nesta ótica, para um melhor esclarecimento dos nobres pares do que se pretende na proposta em exame, cíamos seu leitor:

Art. 1º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

"Art. 37. O pessoal em exercício do Poder Executivo – servidores de secretarias, autarquias, fundações públicas, de empresas públicas e de economia mista, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário que não tenha sido admitido na forma prevista no art. 27 da Constituição Estadual, estável ou não por efeito do art. 19 do ADCT da Constituição Federal, que ingressou no serviço público até 31 de dezembro de 1994, fica efetivado e passa a integrar quadro temporário em extinção à medida que os cargos ou empregos respectivos vagarem, proibida nova inclusão ou admissão, a qualquer título, assim como o acesso a quadro diverso ou a outros cargos, funções ou empregos."

Para tanto, aduz a autora da proposta em sua justificativa:

"Com o propósito de assegurar a tranquilidade e a estabilidade social do Povo Acreano, submeto a apreciação dos Deputados que compõem a Assembléa Legislativa, a presente proposta de Emenda à Constituição Estadual, que tem por finalidade, a regularização dos servidores públicos admitidos a partir de 5 de outubro de 1988 sem concurso público.

A presente proposta de Emenda à Constituição Acreana, tem como seu alicerce, o princípio da AUTONOMIA ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA, CONSTITUCIONAL e POLÍTICA do Estado do Acre.

Cabe ressaltar que a essência de nossa autonomia-política consubstancia-se na nossa própria trajetória histórico-revolucionária, quando nos tornamos brasileiros por opção, portanto donos do nosso próprio destino.

A demissão de mais de onze mil servidores públicos em atividade, dos três Poderes do Estado do Acre, 1/3 de todo universo, representaria um caos, um drama popular com consequências imprevisíveis para o Povo Acreano.

Em nosso Estado ainda não há exploração mineral e nem turística que represente expressivas divisas. Há uma extração vegetal (castanha, borracha e madeira), uma crescente atividade agropecuária, um comércio tímido que gira em torno dos salários do funcionalismo público, uma incipiente indústria de artefatos de madeira que tenta se reativar e as atividades da economia informal.

A vida econômica de nosso Estado, ainda tem como esteio, os repasses do FPE, FPM's, o dinheiro que vem através do INSS para pagar as aposentadorias e pensões dos nossos idosos do FUNRURAL e soldados da borracha, os recursos do SUS e os repasses do FUNDEF, afora os convênios com a União Federal.

O Tesouro Acreano gasta mensalmente, sessenta por cento de sua receita com pagamento de pessoal, incluído ai os servidores não estáveis, estando, o Estado do Acre, nos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Outra condição que favorece a aprovação da presente proposta, é que a Seguridade Social desses servidores é de responsabilidade exclusiva do Estado do Acre e de seu Povo. Portanto, as nossas responsabilidades têm que ser compatíveis com a nossa autonomia, para assim gerirmos o nosso próprio destino."

À luz do direito, entende esta relatoria que a Constituição de 1988 estabeleceu um novo arcabouço normativo para ingresso no serviço público, oferecendo solução meritocrática, isonômica e imparcial para o conjunto de entes que compõem a Administração Pública Direta e Indireta.

Entretanto, consoante a justificação que acompanha a PEC, é fato que a regra fixada no art. 19 do ADCT estabeleceu um tratamento diferenciado para os servidores então em exercício, com base em critério temporal que não parecia e não parece hoje se justificar (exigência de permanência mínima de cinco anos, enquanto o "divisor de águas" era exatamente a promulgação da nova Carta), criando, assim, duas categorias de servidores públicos, diferenciadas pela concessão a apenas uma delas de uma garantia fundamental, que é a estabilidade. A categoria não contemplada vive sob uma ameaça permanente, que se renova a cada mudança de governo e, ainda, potencialmente agravada com a aprovação da Emenda Constitucional n. 19/98, que alterou profundamente as regras sobre a estabilidade no serviço público.

A essas considerações deve-se acrescer o fato de que, passados quinze anos da promulgação da atual Carta, está demonstrado que os servidores em atividade àquela época e ainda no exercício de suas funções, são necessários à Administração Pública. Essa constatação corrobora o entendimento sobre a oportunidade e conveniência de se eliminar a exigência temporal presente no *caput* do art. 19 do ADCT.

Outro fator relevante a ser observado é que, o Estado do Acre é exemplo de outros da federação, com a implantação dos diversos planos de cargos e carreiras, já de guarda jurídica a esses servidores considerados irregulares no serviço público uma vez que os colocou efetivado em um quadro provisório em extinção, guarda esta que mantém perfeita simetria com a proposta de emenda constitucional em tela.

Também é a mesma guarda que se busca a nível nacional com a proposta de emenda constitucional n. 54/99, em tramitação e que hoje tem nova redação com o substitutivo a ela apresentado com o seguinte teor:

Substitutivo:

Art. 1º O *caput* do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19. Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da Administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data de promulgação da Constituição, que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37, II, da Constituição, são considerados estáveis no serviço público.

Art. 2º Os servidores de que trata o *caput* do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a redação dada por esta Emenda Constitucional, serão considerados efetivos desde que, na forma da lei, tenham sido ou venham a ser transpostos para regime jurídico estatutário.

Art. 3º O disposto no art. 1º só se aplica aos servidores que não tenham se desligado do serviço público até a data de promulgação desta Emenda Constitucional.

Vejam nobres pares, que as disposições contidas no art. 2º do substitutivo sob comento, tentando a efetivação dos servidores considerados irregulares, na prática já se observou em nosso Estado quando da implantação dos vários planos de cargos e carreiras da administração pública.

Razões estas que levam esta relatoria opinar favorável a aprovação da presente emenda, por entender ainda que este será o entendimento futuro no que diz respeito aos servidores considerados irregulares no serviço público.

Com efeito, vem a presente emenda apenas resguardar uma guarda que já se observa na prática, e dar maior segurança aos referidos servidores em relação a futuros governantes que não tenham esse entendimento.

Dispõe o art. 25, *caput*, da Carta Magna Federal, *in verbis*:

"Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e Leis que adotarem, observando os princípios desta Constituição."

II - PARECER:

Examinando-a, verifico que no locante a admissibilidade a mesma está estribada no art. 53, I, da Constituição Estadual, no mérito verifico que a essas considerações deve-se acrescer o fato de que, passados quinze anos da promulgação da atual Carta, está demonstrado que os servidores em atividade àquela época e ainda no exercício de suas funções, são necessários à Administração Pública. Essa constatação corrobora o entendimento sobre a oportunidade e conveniência de se eliminar a exigência temporal presente no *caput* do art. 19 do ADCT.

Outro fator relevante a ser observado é que, o Estado do Acre a exemplo de outros da federação, com a implantação dos diversos planos de cargos e carreiras, já deu guarida jurídica a esses servidores considerados irregulares no serviço público uma vez que os colocou efetivado em um quadro provisório em extinção, guarida esta, que mantém perfeita simetria com a proposta de emenda constitucional em tela.

Também é a mesma guarida que se busca a nível nacional com a proposta de emenda constitucional n. 54/99, em tramitação, assim, estando assegurada as cláusulas denominadas pétreas, e tendo em vista o exposto, declino-me pela **APROVAÇÃO** da Proposta de Emenda Constitucional n.1/2005, submetendo os aspectos de mérito ao julgo do Colendo Plenário deste Parlamento.

Este é o Parecer.

S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO"

24 de maio de 2005

III – PARECER:

PRESIDENTE: Deputado CHAGAS ROMÃO (PMDB)

VICE-PRESIDENTE: Deputado EDVALDO MAGALHÃES (BPM)

TITULARES:

Deputados:

HELEDER PAIVA (PSDB)

NALUH GOUVEIA (PT)

JOSÉ LUIS (BSC)

Diversos

Ata da 33ª Sessão Ordinária Deliberativa da Terceira Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.

Realizada em 19 de maio de 2005.

Presidência: Deputado Moisés Diniz

Secretaria: Deputado Ronald Polanco

Às dez horas e quinze minutos, sob a Presidência do Deputado Moisés Diniz, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, em exercício, secretariada pelo Deputado Ronald Polanco, Secretário, em exercício, presentes os Deputados Fernando Melo, Juarez Leitão, Naluh Gouveia e Pe. Valmir Figueiredo, do Partido dos Trabalhadores – PT; Edvaldo Magalhães, Elson Santiago e Sérgio Oliveira, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; Delorgem Campos e José Luis, do Bloco Socialista Cristão – BSC; Chagas Romão, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; Helder Paiva, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSD; Hélio Lopes, do Partido Liberal – PL; Luiz Calixto, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; Roberto Filho, do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB; José Bestene, do Partido Progressista – PP; e Nogueira Lima, do Partido Social Cristão – PSC, ausentes os Deputados Francisco Viga, Antonia Sales, Luiz Gonzaga, Dinha Carvalho, José Vieira e Tarcísio Medeiros, foram abertos os trabalhos da presente Sessão. Lida a Ata da Sessão anterior, foi a mesma aprovada

sem restrições. O Expediente do Dia constou de: OF/N. 234/2005-GP, do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, Deputado Samuel Almeida, acusando recebimento do Ofício/Circular N. 9/GABP; Ofício N. 289/GABPRE/2005, do Prefeito de Rio Branco, Raimundo Angelim Vasconcelos, em resposta ao Requerimento N. 34/2005, de autoria do Deputado Moisés Diniz, encaminhado através do Ofício Circular N. 4/GABP; Carta, da Diretora Executiva Geral do SEST/SENAT, Maria Tereza Pantoja, informando que o SEST/SENAT desenvolveu e implantou um sistema de banco de currículo e pesquisa, o “Banco de Talentos do Transporte”, enviando, também, folder com maiores explicações quanto ao funcionamento, vantagens e como participar; Indicação N. 40/2005, acompanhada de justificativa, do Deputado Estadual Helder Paiva, do PSDB, solicitando a Secretaria de Justiça e Segurança Pública, que reactive e promova a capacitação e a lotação de pessoal, no Posto de Identificação do Município de Capixaba. O Senhor Presidente, Moisés Diniz, suspendeu a Sessão para que os líderes de bancadas acompanhassem o Vice-Governador e Secretário de Educação ao Plenário da Casa. Pausa. Reaberta a Sessão, o Senhor Presidente, Moisés Diniz, passou a direção dos trabalhos ao Deputado Sérgio Oliveira, que comunicou que de acordo com o Requerimento N. 30/2005, de autoria do Deputado Luiz Calixto, a Sessão seria destinada a ouvir o Secretário de Educação, Professor Arnóbio Marques, que faria uma explanação sobre políticas educacionais de combate ao analfabetismo e a recente pesquisa realizada pela Assembléia, sobre o grau de escolaridade nos diversos municípios do Acre. O Senhor Presidente, Sérgio Oliveira, passou a palavra ao Secretário de Educação Arnóbio Marques. O Senhor Presidente, Sérgio Oliveira, passou a direção dos trabalhos ao Deputado Ronald Polanco. O Senhor Presidente, Ronald Polanco, passou a direção dos trabalhos ao Deputado Sérgio Oliveira. O Senhor Presidente, Sérgio Oliveira, comunicou que se encontrava no Salão Azul desta Casa a Ministra Matilde Ribeiro, que veio fazer uma visita, por este motivo suspendeu a presente Sessão para que pudesse receber-lá. Pausa. Reaberta a Sessão, o Senhor Presidente, Sérgio Oliveira, passou a palavra à Ministra Matilde Ribeiro, para que falasse um pouco, sobre o que veio fazer aqui no Estado. Em Questão de Ordem, a Deputada Naluh Gouveia, do PT, comunicou aos Deputados, que ocorreu um debate, sobre a Lei 10.639, e aproveitando as presenças do Secretário de Educação e da Ministra, pediu que a partir do ano vem esta Lei fosse implementada, visto que incluía a disciplina afro-descendente, tanto no Ensino Fundamental, como no Ensino Médio, falou também que está faltando pouca coisa e se houver o empenho dos Ministérios da Educação e da Mulher, da Secretaria de Educação, do Conselho Estadual de Educação, da Assembléia e do Sindicato da Educação, eles iriam conseguir implementar esta Lei, que daria dignidade e respeito às pessoas que fizeram história. O Senhor Presidente, Sérgio Oliveira, agradeceu a visita da Ministra Matilde Ribeiro e aos Parlamentares que acataram a decisão de suspender a Sessão, para que pudesse recebê-la. A seguir o Deputado Moisés Diniz presenteou a Ministra Matilde Ribeiro com um livro de sua autoria, que fala sobre a história do povo Palestino, passou também um livro que fala da história do Parlamento acreano, um CD com todas as leis aprovadas aqui e um Kit, o qual mostra um pouco do trabalho que o Governo vem fazendo no Estado, agradeceu também a presença do Chefe do Gabinete Civil do Governador, Dr. Roberto Ferreira, que estava acompanhando a Ministra, em seguida convidou os Parlamentares para acompanharem a Ministra Matilde Ribeiro ao Salão Azul. Pausa. Reaberta a Sessão. O Senhor Presidente, Sérgio Oliveira, passou a palavra ao Deputado Luiz Calixto, Líder do PDT; ao Senhor Arnóbio Marques, Secretário de Educação; aos Deputados Luiz Calixto, Líder do PDT; Naluh Gouveia, do PT. O Senhor Presidente, Sérgio Oliveira, comunicou que o tempo regimental encontrava-se esgotado, então submeteu ao Plenário a prorrogação da Sessão e conforme a votação, prorrogou a Sessão por mais uma hora. Em seguida passou a palavra ao Deputado Ronald Polanco, do PT; ao Senhor Arnóbio Marques, Secretário de Educação; aos Deputados Edvaldo Magalhães, Líder do Governo; Fernando Melo, do PT; ao Senhor Arnóbio Marques, Secretário de Educação; aos Deputados Juarez Leitão, Líder do PT; José Luis, Líder BSC; Nogueira Lima, Líder do PSC; Moisés Diniz, do BPM; e ao Senhor Arnóbio Marques, Secretário de Educação. O Senhor Presidente, Sérgio Oliveira, agradeceu a presença do Secretário de Educação e dos nobres Parlamentares. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Sérgio Oliveira, encerrou a presente Sessão, precisamente, às treze horas e cinqüenta minutos, convocando outra para dia e hora regimental. E, para constar, *Maria Apolinária Jardim Redigiu*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai

assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário

Ata da 34ª Sessão Ordinária Deliberativa da Terceira Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.

Realizada em 24 de maio de 2005.

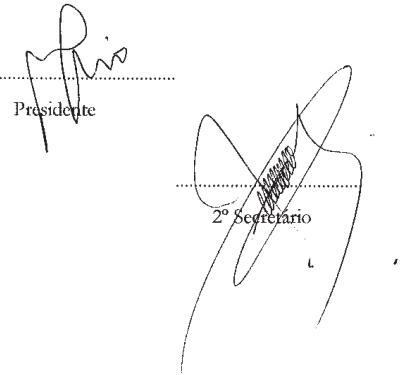
Presidência: Deputados **Sérgio Oliveira, Ronald Polanco e Helder Paiva.**

Secretaria: Deputado **Moisés Diniz**

Às dez horas e quinze minutos, sob a Presidência do Deputado **Sérgio Oliveira**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado **Moisés Diniz**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados **Fernando Melo, Juarez Leitão, Naluh Gouveia e Ronald Polanco**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Delorgem Campos, Francisco Viga e José Luis**, do Bloco Socialista Cristão – BSC; **Antonia Sales e Chagas Romão**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Luiz Gonzaga e Helder Paiva**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; **Roberto Filho**, do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB; e **Tarcísio Medeiros**, do Partido Popular Socialista – PPS, ausentes os Deputados **Pe. Valmir Figueiredo, Edvaldo Magalhães, Elson Santiago, Dinha Carvalho, Hélio Lopes, José Vieira, José Bestene e Nogueira Lima**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão. Lida a Ata da Sessão anterior, foi à mesma aprovada sem restrições. O Expediente do Dia constou de: **Projeto de Resolução N. 4/2005**, de autoria do Deputado Moisés Diniz, divulgando que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre aprovou e a Mesa Diretora promulgou o seguinte: Art. 1º - O artigo 314 passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 314 – Qualquer pessoa poderá assistir às Sessões das galerias, desde que decentemente vestidas; § Único – Os povos indígenas terão acesso às dependências da Assembléia Legislativa utilizando as vestimentas que determinar a sua cultura; Art. 2º - Essa lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário; **Projeto de Resolução N. 5/2005**, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, o qual “Modifica o Art. 314 da Resolução n. 86/90”; **Projeto de Resolução N. 6/2005**, de autoria do Deputado Moisés Diniz, fazendo saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre aprovou e a Mesa Diretora promulgou o seguinte: Art. 1º - Fica excluído o termo “galerias” dos documentos e leis da Assembléia Legislativa; Art. 2º - A sala denominada “galerias” passa a se intitular Salão do Povo Deputada Marina Silva; Art. 3º - No Salão do Povo Deputada Marina Silva haverá um terminal de computador, com acesso dos visitantes, equipada com internet e informações sobre o Poder Legislativo; Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário; **Mensagem N. 709/2005**, de autoria do Governador do Estado do Acre, Jorge Viana, comunicando que sancionou o Projeto de Lei N. 14/2005, de autoria do Deputado Edvaldo Magalhães, o qual “Altera dispositivos da Lei N. 588, de 14 de maio de 1976”; **Proposta de Emenda Constitucional N. 1/2005**, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, a qual “Acrescenta artigo ao Ato das disposições Constitucionais Transitórias”; **Projeto de Lei N. 48/2005**, de autoria do Deputado Moisés Diniz, o qual “disciplina as relações de trabalho entre os Professantes das religiões do sétimo dia, Judaica e outras, que guardam o dia de Sábado como Santificado, e dá outras providências”; **Indicação N. 41/2005**, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, solicitando ao Governador do Estado do Acre a possibilidade de aquisição do local onde funcionava a sede da Associação de Cabos e Soldados do Corpo de Bombeiros e doação para a Associação de Moradores do Bairro Santa Helena para que a referida comunidade possa ser assistida com os seguintes serviços: a) Creche e/ou escola infantil; b) Sala para corte-costura; c) Sala para artesanato; d) Utilização da área para instalação de um parque; e) Aula de reforço para

alfabetização de crianças, jovens e adultos; **Indicação N. 42/2005**, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, solicitando ao Diretor Presidente da Eletroacre a instalação do Programa Luz para Todos na localidade Belo Jardim trecho que ainda não foi contemplado com o Programa citado; **Indicação N. 43/2005**, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Helder Paiva, solicitando ao Secretário de Obras Públicas – SEOP, a recuperação e ampliação das instalações e do comércio da Praça da Bandeira no Município de Rio Branco; **Indicação N. 44/2005**, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Helder Paiva, solicitando ao Secretário de Segurança Pública, que realize em parceria com a Diretoria Geral de Polícia Civil e Comando Geral da Polícia Militar o aumento do efetivo das polícias citadas no Município de Acrelândia; **Indicação N. 45/2005**, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Helder Paiva, solicitando ao Secretário de Justiça e Segurança Pública, Dr. Antonio Monteiro Filho, a instalação de uma Delegacia, com infra-estrutura de atendimento completa no Município de Capixaba; **Indicação N. 46/2005**, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Helder Paiva, solicitando ao Secretário de Segurança, em parceria com a Diretoria Geral de Polícia Civil e Comando Geral da Polícia Militar o aumento do efetivo das polícias citadas no Município de Capixaba; **Indicação N. 47/2005**, de autoria do Deputado Moisés Diniz, solicitando que seja encaminhando ao Governador do Estado do Acre, o Ante-Projeto de Lei que “Inclui motivos indígenas nas placas de trânsito de Sinalização Horizontal e adota outras providências”; **GABJU/OF N. 276/2005**, da Juíza de Direito Substituta da 2ª Vara de Família do Poder Judiciário da Comarca de Rio Branco, Lílian Deise Braga Paiva, determinando o desconto mensal na folha de pagamento do servidor José Cláudio Mota Porfírio, a título de pensão alimentícia provisória, da importância correspondente a 15% (quinze por cento) da remuneração e gratificação natalina, deduzidos os encargos obrigatórios, devendo dita quantia ser depositada na conta bancária N. 9.444-7, agência 4266-8, Banco do Brasil, em nome de Cristina Gurgel da Silva, enquanto não houver ordem judicial em contrário; **Ofício N. 60/GJ/2005**, do Juiz de Direito da 3ª Vara Civil do Poder Judiciário da Comarca de Rio Branco, Luiz Carlos Arruda, encaminhando cópia da decisão proferida na ação de reintegração de posse, Processo N. 001.05.003806-1; e **OF/CMSM/N. 81/05**, do Presidente da Câmara Municipal de Sena Madureira, Raimundo do Nascimento, encaminhando cópia da Indicação N. 10/2005, aprovada por aquela Casa, na Sessão do dia 10/05/2005. Aberto o **Pequeno Expediente**, usaram da palavra os Deputados **Naluh Gouveia**, do PT; **Juarez Leitão**, Líder do PT. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, passou a direção dos trabalhos ao Deputado Ronald Polanco. Em seguida, falaram os Deputados **Chagas Romão**, Líder do PMDB; **Luiz Calixto**, Líder do PDT. O Senhor Presidente, **Ronald Polanco**, passou a direção dos trabalhos para o Deputado Helder Paiva. Em seguida usou da palavra o Deputado **Fernando Melo**, do PT; O Senhor Presidente, **Helder Paiva**, comunicou aos Deputados, que tanto ele como o Deputado Fernando Melo, estavam retornando às atividades na Casa e o fato de normalmente, terem Sessões que fogem aos debates, não era culpa da Mesa Diretora, e sim das solicitações feitas pelos Parlamentares em seus Requerimentos. Em **Questão de Ordem**, o Deputado **Luiz Calixto**, Líder do PDT, propôs que fosse ouvido no Grande Expediente o discurso do Deputado Fernando Melo, dentro de dois minutos e meio, tempo que o PT dispõe e em seguida, recebessem a comitiva que foi convidada pela Assembléia. O Senhor Presidente, **Helder Paiva**, comunicou que a posição da Mesa é de manter o que diz o Regimento Interno e falou que na Explicação Pessoal, o Deputado Fernando Melo teria dez minutos para falar. Em seguida usou da palavra o Deputado **Ronald Polanco**, do PT. O Senhor Presidente, **Helder Paiva**, suspendeu a Sessão para que pudessem receber os convidados e pediu à Deputada Naluh Gouveia aos Líderes dos Partidos, para conduzi-los ao plenário. (**PAUSA**). Reaberta a Sessão e de acordo com o Requerimento n. 52/2005, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, o Grande Expediente seria destinado a ouvirem a Secretária de Saúde, em exercício, Sueli Melo. O Senhor Presidente, **Helder Paiva**, passou a direção dos trabalhos ao Deputado **Ronald Polanco**. Aberto o **Grande Expediente**, usou da palavra a Deputada **Naluh Gouveia**, do PT; a Secretária de Saúde, em exercício, Sueli Melo; a Senhora **Lucélia**; a Fonoaudióloga, **Gisélia Lopes**; a Senhora **Suely Amélia**; a Professora **Alda**; a Professora **Alcilene**; a Senhora **Giucely**; a Secretária de Saúde, em exercício, Sueli Melo. Em seguida, usaram da palavra os Deputados **José Luis**, Líder do BSC; **Antonia Sales**, do PMDB; **Moisés Diniz**, do BPM. O Senhor Presidente, **Ronald Polanco**, passou a direção dos trabalhos ao Deputado Sérgio Oliveira. Em seguida,

usaram da palavra os Deputados **Luiz Calixto**, Líder do PDT e **Tarcísio Medeiros**, Líder do PPS. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, agradeceu a visita de todos os professores e falou da satisfação em recebê-los nesta Casa. Parabenizou a Deputada Naluh Gouveia por ter apresentado o Requerimento, e falou aos professores que todas as vezes que fosse necessário, estariam aqui de portas abertas. Em seguida, suspendeu a Sessão, para que pudessem reunir os nobres Parlamentares. (**Pausa**). Reaberta a Sessão, e dado o adiantado da hora foi considerado prejudicado o Grande Expediente Aberto a **Ordem do Dia**, não houve matéria a ser apreciada. Aberta a **Explicação Pessoal**, não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, encerrou a presente Sessão, precisamente, às doze horas e cinqüenta e dois minutos, convocando outra para dia e hora regimental. E, para constar, eu, *Maria Zenaida D'Ávila Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.



.....
Presidente
.....
1º Secretário
.....
2º Secretário

Ata da 35ª Sessão Ordinária Deliberativa da Terceira Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.

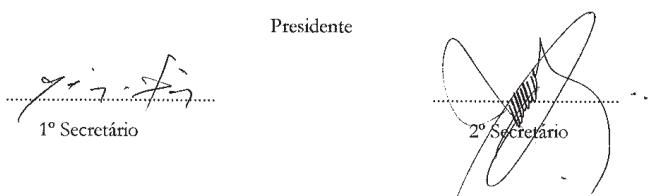
Realizada em 31 de maio de 2005.

Presidência: Deputados **Sérgio Oliveira**, **Delorgem Campos** e **Francisco Viga**

Secretaria: Deputado **Francisco Viga**

Às dez horas e quinze minutos, sob a Presidência do Deputado **Sérgio Oliveira**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado **Francisco Viga**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados **Fernando Melo**, **Juarez Leitão**, **Naluh Gouveia**, **Pe. Valmir Figueiredo** e **Ronald Polanco**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães**, do Bloco Popular Mobilizador –BPM; **Delorgem Campos** e **José Luis**, do Bloco Socialista Cristão – BSC; **Chagas Romão**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Hélio Lopes**, do Partido Liberal – PL; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; **Roberto Filho**, do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB; **José Vieira**, do Partido da Frente Liberal – PFL; **José Bestene**, do Partido Progressista – PP; **Nogueira Lima**, do Partido Social Cristão – PSC; e **Tarcísio Medeiros**, do Partido Popular Socialista – PPS, ausentes os Deputados **Elson Santiago**, **Moisés Diniz**, **Antonia Sales**, **Luiz Gonzaga**, **Helder Paiva** e **Dinha Carvalho**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão. Lida a Ata da Sessão anterior, foi à mesma aprovada sem restrições. **O Expediente do Dia** constou de: **Ofício N. 35/GC/2005**, do Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Acre, Cel. Leandro Rodrigues da Silva, em resposta ao Ofício n. 181/GABP; **Ofício/Gab/N. 725/2005**, da Secretaria de Estado de Saúde, em exercício, Drª Suely de Souza Melo da Costa, em resposta ao Ofício n. 166/GABP; **OF.GP. N. 288/2005**, da Presidente em exercício, do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargadora Izaura Maia, solicitando a prorrogação do prazo de requisição da servidora do quadro efetivo desta Casa, Maria Zenaida D'Ávila de Paula, por mais 6 (seis) meses, com ônus para este Poder; **OF/EXP/N. 69/2005**, do Secretário de Agricultura da Prefeitura do Município de Tarauacá, Cleir Fernandes, conforme informações do IBGE, que a Lei que regulamenta a Nova Divisa Municipal e Estadual do Município de Tarauacá com o Município de Envira-Amazonas, sofrerá nova revisão, solicitando informações acerca da posição de tal decisão; **OF/GABPRE/CMRB/N. 102/2005**, do Presidente da Câmara Municipal de Rio Branco, Jonas Costa, em resposta ao Ofício N. 257/GABP; **OF. Tabagismo N. 16/2005**, da Gerente das Doenças e Agravos Não Transmissíveis/Fatores de Risco da Secretaria de Estado de Saúde do Acre, Francimary Muniz de Lima, solicitando a concessão de um espaço nesta Casa, no dia 31 de maio, dia eleito pela Organização Mundial da Saúde – OMS, como o dia

Mundial Sem Tabaco, para realização de ação educativa voltada ao controle do Tabagismo e à prevenção das doenças tabaco relacionadas; **OF-CIRC – 6/2005**, do Presidente da Câmara Municipal de Caxias do Sul, Vereador Francisco de Assis Spiandrello, encaminhando cópia da Moção N. 5/2005, de autoria de diversos vereadores, em repúdio as declarações do Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcante (PP-PE), sobre o estupro, dadas a Folha de São Paulo, e informando ainda, que a referida Moção foi aprovada por unanimidade do Plenário em Sessão Ordinária do dia 12 de maio de 2005; **Ofício N. 545/2005**, do Presidente em exercício, da Câmara Municipal de Mauá, Estado de São Paulo, Vereador Carlos Alberto Polisel, encaminhando cópia da Moção n. 40/2005, de autoria do Vereador Manoel Lopes dos Santos, aprovada em Sessão Ordinária realizada no dia 17 de maio de 2005; **OF. AG. GEREG/AC/N. 765/2005**, do Gerente Regional, José Andris Sarkis, do Advogado – OAB/AC 2030, André Fabiano Leite da Silva, e Advogada – OAB/AC 2609, Adriana Silva Rabelo, do Banco da Amazônia, em resposta ao Ofício n. 212/GABP, datado de 4 de maio de 2005; **Of. N. 2.409/2005-DL**, do Presidente da Câmara Municipal de Belém, Vereador Raimundo Castro, encaminhando cópias dos Requerimentos n. 794 e 795/2005, de autoria do Vereador José Scaff Filho; **MEM/N. 10/2005**, da chefe de Gabinete do Deputado Pe Valmir Figueiredo, Roslene Maria de Lima, comunicando que o Deputado Pe. Valmir Gomes Figueiredo não poderá participar da Sessão do dia 24 de maio do corrente, pois o mesmo está fazendo tratamento de saúde fora do Estado; **Projeto de Lei N. 49/2005**, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado José Luís, o qual “Concede Título de Cidadão Acreano ao Senhor Eliseu Buchmeir de Oliveira”; **Requerimento N. 96/2005**, de autoria do Deputado Juarez Leitão, solicitando agendar Sessão Solene em comemoração pelo dia Mundial do Meio Ambiente. Aberto o **Pequeno Expediente**, usaram da palavra os Deputados **Naluh Gouveia**, do PT; **José Vieira**, Líder do PFL; **Chagas Romão**, Líder do PMDB; **Luiz Calixto**, Líder do PDT. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, passou a direção dos trabalhos ao Deputado Delorgem Campos. Em seguida, falou o Deputado **Sérgio Oliveira**, do BPM. Aberto o **Grande Expediente**, usaram da palavra os Deputados **Nogueira Lima**, Líder do PSC; **Tarcísio Medeiros**, Líder do PPS; **Fernando Melo**, do PT, que foi aparteado pelos Deputados Pe. Valmir Figueiredo e Nogueira Lima; **Edvaldo Magalhães**, Líder do Governo, que foi aparteado pelos Deputados Tarcísio Medeiros e Fernando Melo. O Senhor Presidente, **Delorgem Campos**, passou a direção dos trabalhos ao Deputado Francisco Viga. Em seguida usaram da palavra os Deputados **Delorgem Campos**, do BSC; **Chagas Romão**, Líder do PMDB, que foi aparteado pelo Deputado Edvaldo Magalhães. O Senhor Presidente, **Francisco Viga**, passou a direção dos trabalhos ao Deputado Sérgio Oliveira. Em seguida usou da palavra o Deputado **Luiz Calixto**, Líder do PDT. Em **Questão de Ordem**, a Deputada **Naluh Gouveia**, do PT, solicitou que fosse retirada da pauta a Emenda Constitucional N. 1/2005, e também que fosse realizada a Explicação Pessoal. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, acatou a Questão de Ordem da Deputada Naluh Gouveia, e suspendeu a Sessão por cinco minutos, para entendimento entre as bancadas. (**PAUSA**). Reaberta a Sessão. Aberta a **Ordem do Dia**, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura em Redação Final do **Projeto de Lei N. 41/2005**, de autoria da Mesa Diretora, que “Altera dispositivos da Lei n. 1.566, de 4 de junho de 2004”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 13 (treze) votos. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, comunicou ao Plenário que após a expedição dos Autógrafos a referida Matéria iria a Sanção Governamental. Aberta a **Explicação Pessoal**, usaram da palavra os Deputados **Naluh Gouveia**, **Fernando Melo** e **Ronald Polanco**, do PT, que foi aparteado pela Deputada Naluh Gouveia; **Luiz Calixto**, Líder PDT, que foi aparteado pelo Deputado Fernando Melo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, encerrou a presente Sessão, precisamente, às treze horas, convocando outra para dia e hora regimental. E, para constar, eu, *Maria Zenaida D'Ávila Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.



.....
Presidente
.....
1º Secretário
.....
2º Secretário

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

Presidente: Edvaldo Magalhães

Vice-Presidente: Delorgem Campos

Titulares: Fernando Melo, Hélio Lopes, Luiz Gonzaga.

Suplentes: Naluh Gouveia, Elson Santiago, Dinha Carvalho, José Luís, Helder Paiva.

Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Presidente: Helder Paiva

Vice-Presidente: Francisco Viga

Titulares: Juarez Leitão, Edvaldo Magalhães, Luiz Calixto.

Suplentes: Pe. Valmir Figueiredo, Elson Santiago, José Bestene, Delorgem Campos, Luiz Gonzaga.

Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO

Presidente: Pe. Valmir Figueiredo

Vice-Presidente: Elson Santiago

Titulares: Nogueira Lima, Francisco Viga, Helder Paiva.

Suplentes: Fernando Melo, Edvaldo Magalhães, Tarcísio Medeiros, José Luís, Luiz Gonzaga.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Presidente: Juarez Leitão

Vice-Presidente: José Vieira

Titulares: Dinha Carvalho, Roberto Filho, José Bestene.

Suplentes: Hélio Lopes, Naluh Gouveia, Luiz Calixto, Nogueira Lima, Tarcísio Medeiros.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO AGRÁRIA, FOMENTO, AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Presidente: José Luís

Vice-Presidente: Roberto Filho

Titulares: Fernando Melo, Tarcísio Medeiros, Chagas Romão.

Suplentes: Juarez Leitão, Edvaldo Magalhães, José Bestene, Nogueira Lima, Antonia Sales.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, SAÚDE PÚBLICA, LEGISLAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Presidente: Naluh Gouveia

Vice-Presidente: Luiz Gonzaga

Titulares: Edvaldo Magalhães, José Luís, Antonia Sales.

Suplentes: Pe. Valmir Figueiredo, Elson Santiago, Francisco Viga, Helder Paiva, Chagas Romão.

Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Presidente: Naluh Gouveia

Vice-Presidente: Dinha Carvalho

Titulares: Edvaldo Magalhães, Chagas Romão, Luiz Calixto.

Suplentes: Pe. Valmir Figueiredo, Elson Santiago, Antonia Sales, Nogueira Lima, Hélio Lopes.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Antonia Sales

Vice-Presidente: Elson Santiago

Titulares: Fernando Melo, José Bestene, José Vieira.

Suplentes: Naluh Gouveia, Edvaldo Magalhães, Chagas Romão, Nogueira Lima, Luiz Calixto.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Presidente: Nogueira Lima

Vice-Presidente: Hélio Lopes

Titulares: Naluh Gouveia, Elson Santiago, Tarcísio Medeiros.

Suplentes: Juarez Leitão, Dinha Carvalho, José Vieira, Roberto Filho, Francisco Viga.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO ACRE

Supervisão Geral:

Carlos Augusto Coêlho de Farias

Secretário Executivo

Editado pela:

Subsecretaria de Publicidades

Diretor Responsável:

Carlos Augusto Coêlho de Farias

Inscrição DRT/AC/N. 03/97

Coordenadora de Redação e Revisão de Atas:

Maria Aparecida Jardim Rodrigues

Apoio:

Coordenadoria de Comunicação Social

Composto e Impresso na Gráfica Globo Ltda.

Endereço: Av. Ceará - 3.335.